

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Graduação em Geografia

**MOVIMENTO DAS FÁBRICAS OCUPADAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
FÁBRICA FLASKÔ**

Jacqueline Ribeiro

Prof(a).Dr(a). Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

JACQUELINE RIBEIRO

MOVIMENTO DAS FÁBRICAS OCUPADAS: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE A FÁBRICA FLASKÔ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Geociências e
Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciatura e Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2019

JACQUELINE RIBEIRO

MOVIMENTO DAS FÁBRICAS OCUPADAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FÁBRICA FLASKÔ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Geociências e
Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciatura e Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho aos filhos e filhas da classe trabalhadora que, com muita luta, ocupam as cadeiras das universidades públicas e gratuitas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciana Cristina Santos Ribeiro e Ricardo Tessari Ribeiro, pelo amor, apoio pessoal e financeiro no tocante à minha educação, que sempre foi priorizada em detrimento de algumas realizações pessoais deles.

Ao meu companheiro Leonardo Velardi Malheiro, pela amizade, carinho, atenção e paciência durante praticamente todo período da graduação; também pelos debates, discussões políticas e elucidações sobre o mundo.

Aos amigos João Prado, Rubens Antônio Rodrigues Jr., Paula Cometi, Isabella Giungi e Sofia Nicoluzzi, que por vezes aguentaram discussões extensas sobre teorias políticas e outras divagações sobre como seria uma sociedade ideal pautada pela práxis revolucionária.

À professora Dra. Angelita Matos Souza, pela orientação e compreensão sobre a mudança de tema do trabalho repentinamente e pelas excelentes aulas de Sociologia e História Econômica do Brasil ministradas na graduação.

Aos professores Dr. José Gilberto de Souza, Dra. Maria Bernadete Carvalho, Dr. Samuel Frederico, Dr. Diego Maia, Dr. Paulo Roberto Godoy, Dr. Thiago Sanna e Dr. João Pedro Pezzato que, indubitavelmente contribuíram para a minha formação crítica enquanto futura geógrafa e companheira de cátedra.

Aos amigos do Programa Residência Pedagógica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que muito ajudaram no que diz respeito à rotina escolar, me ensinando a lidar com os problemas do ensino público básico com dedicação e criatividade.

Por fim, agradeço aos operários da Fábrica Ocupada Flaskô, que mesmo em tempos de instabilidades conjunturais seguem sendo resistência e guiando a luta dos trabalhadores conscientes; em especial, ao camarada Alexandre Mandl, que sempre esteve ao lado dos trabalhadores da fábrica, resguardando-os judicialmente, e que oportunizou o presente trabalho de conclusão de curso ao me fornecer bibliografia suficiente para tal.

*“As cabeças levantadas, máquinas paradas,
dia de pescar. Pois quem toca o trem pra
frente, também de repente pode o trem
parar.”*

Chico Buarque

RESUMO

O Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) surge no Brasil em 2002, com fábricas por fechar ou abandonadas pelos patrões, remontando a história do movimento operário internacional. De certa forma, há uma reprodução, guardadas as diferenças, do que ocorrera na Comuna de Paris, durante a qual pela primeira vez há a desapropriação das fábricas abandonadas pelos patrões e a retomada da produção sob o controle dos próprios trabalhadores parisienses organizados. O MFO ganha espaço na América Latina, sobretudo no período pós-crise de 2001, marcado pela resistência dos operários no que diz respeito ao desemprego e aos ataques de direitos, em contraposição à ordem capitalista. No interior do Estado de São Paulo, a Flaskô, uma fábrica do setor químico ocupada pelos trabalhadores, resiste há 16 anos aos ataques permanentes dos ex-patrões e do Judiciário, que tenta criminalizar a ação dos trabalhadores. A produção ocorre sob o controle autogestionário dos trabalhadores, que reivindicam a estatização da empresa e melhores condições de trabalho. Assim, o presente estudo visa a análise da experiência Flaskô, sob um viés materialista, pautado nas teorias clássicas marxistas.

Palavras-chave: Movimento operário. Fábricas ocupadas. Autogestão.

ABSTRACT

The Occupied Factories Movement (OFM) comes up at Brazil on 2002 when factories are about to be closed or abandoned by bosses, tracing the history of the international labor movement. In a certain way, there is a reproduction, given its specificities, of what happened at the Paris Commune, where for the first time there is the expropriation of the factories abandoned by the bosses and the resumption of production under the control of the organized Parisian workers themselves. The OFM gains ground in Latin America especially in the post-crisis period of 2001, showing us the resistance of the workers with regard to unemployment and the attacks suffered, for the purpose of overcoming the capital order. At the interior of the state of São Paulo, Flaskô, a chemical factory, resists for 16 years the permanent attacks of former bosses and the judiciary which attempts to criminalize the action of the workers. Production takes place under the self-management control of workers who claims the company nationalization and better working conditions. Thus the present work aims the conjunctural analysis under a materialistic bias, based on the classic Marxist theories.

Keywords: Labor movement. Factories occupied. Self management.

LISTA DE SIGLAS

ABIPLAST – Associação Patronal da Indústria de Plástico

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CHB – Corporação Holding do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAE – Departamento de Água e Esgoto

DAEIS – Declaração como Área Especial de Interesse Social

DIS – Declaração de Interesse Social

ERTs – Empresas Recuperadas por Trabalhadores

FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo

HB – Holding Brasil (Corporação)

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MFO – Movimento das Fábricas Ocupadas

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Resíduo Sólido

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores por Direitos

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PEAD – Polietileno de Alta Densidade

PEAPM – Polietileno de Alto Peso Molecular

PPS – Partido Popular Socialista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RMC – Região Metropolitana de Campinas

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. PRECEITOS TEÓRICOS	16
2.1. Trabalho, classes sociais e o controle produtivo	16
2.2. Autogestão e controle operário	20
3. ANÁLISE DE CONJUNTURA.....	23
3.1. A crise do capital	23
3.2. Políticas econômicas.....	27
3.3. Os conflitos.....	29
3.4. Produção e ocupação fabril.....	33
4. O CASO DA FLASKÔ E SEUS DESDOBRAMENTOS	39
4.1. A fábrica ocupada	39
4.2. O surgimento de uma Vila Operária e Popular	47
4.3. A negligência dos governos petistas	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
Referências bibliográficas	60

1. INTRODUÇÃO

O Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) no Brasil tem início em 2002, em decorrência do fechamento de fábricas e demissões em massa. As primeiras experiências deram-se nas fábricas Cipla e Interfibra, em Joinville-SC, seguidas pela Flaskô, em Sumaré-SP, em junho de 2003, e Flakepet, em Itapevi-SP, sendo todas pertencentes à Corporação Holding do Brasil (CHB), cisão da Companhia Hansen Industrial S.A, que possuía 47 empresas em todo país. Tal movimento reivindica a estatização das fábricas sob controle operário, adotando como referência desde experiências como a Comuna de Paris e a Revolução Russa até as mais recentes lutas na Venezuela, sob a luz de autores clássicos marxistas. O MFO se expressa como um movimento de resistência frente aos patrões, lutando pelo pagamento de salários atrasados, direitos não pagos e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

A Flaskô é uma indústria do setor químico, construída em 1972, produtora de embalagens industriais rígidas, que produz tambores de 200 litros, bombonas de 20, 25, 50, 70, 80, 100, 120, 200 e 220 litros, com tampas fixas ou removíveis, com rosca ou não. As bombonas são produzidas com PEAD, Polietileno de Alta Densidade. Também é utilizado PEAPM (Polietileno de Alto Peso Molecular) e atualmente 95% do material que trabalham é reciclado. Os produtos são utilizados como embalagens industriais ou envoltórias, além de poderem ser utilizados como recipientes de armazenamentos para famílias e empresas.

A fábrica se organiza a partir de assembleias gerais mensais, estas que elegem o conselho de fábrica e têm poder para revogá-lo. Este, por sua vez, se reúne semanalmente e é eleito anualmente. O conselho é constituído por representantes de cada setor da fábrica. Todos os trabalhadores possuem vínculo empregatício e tem direitos iguais, garantidos pela CLT, apesar dos salários diferenciados conforme a função relacionada à produção.

A jornada semanal de trabalho da Flaskô é de 30 horas, sendo 6 horas diárias e mais 5 horas dedicadas a outras atividades. A fábrica funciona normalmente os 5 dias da semana, iniciando 0h de segunda-feira e encerrando a semana na sexta-feira às 18h. São organizados três turnos: 6h-12h, 12h-18h e 0h-

06h. No caso de quebra de alguma máquina ou falta de matéria-prima, realiza-se um quarto turno organizado das 18h às 0h para atender a demanda, podendo também ser organizado o trabalho de alguns operadores aos sábados.

Os trabalhadores da fábrica fazem a gestão da mesma com certa liberdade, já que não possuem patrão, mas todos têm o dever de administrá-la, cabendo a cada um uma função a ser cumprida. Essa dinâmica gerou muitas mudanças no funcionamento da produção, seja em relação a melhorias que visam o trabalho dos operários, com adaptações nunca pensadas antes pelos gestores patronais, como por exemplo a diminuição dos espaços na produção, facilitando o deslocamento e logística. Tais fatores foram de suma importância para a conquista aplicada a partir de 2007: a redução da jornada de trabalho, de 44h para 30h semanais, sem diminuição de salário. A fábrica sob controle operário trouxe benefícios também para a saúde dos trabalhadores, com a aplicação de ginástica laboral, distribuição de frutas durante a jornada de trabalho, palestras e exames médicos. Com a ocupação, o centro da dinâmica da fábrica se concentra no trabalhador e não no lucro gerado pelo seu trabalho.

O MFO reivindica a estatização sob controle operário, ou seja, que o Estado assuma a fábrica e os trabalhadores a gestão, de maneira auto-organizada, como demonstra os 16 anos de ocupação da Flaskô. Os operários acreditam que a fábrica deve ser pública e os trabalhadores não devem ser transformados nos patrões, já que estes querem apenas defender seus postos de trabalho, e garantir a organização horizontal e justa da produção e administração. Visto que os antigos patrões sonegaram anos de impostos, o Estado deve então assumir o patrimônio, enquanto os trabalhadores garantem sua gestão.

De acordo com Verago (2011) em relação à autogestão, alguns autores acreditam que o conceito se aproxima da ideia de “produtores livremente associados”, no sentido atribuído por Marx e Engels, para os quais a fórmula era sinônimo de “fase superior do socialismo” ou “comunismo”, discutidos no Crítica ao Programa de Gotha (MARX, 2001). A autogestão é a forma ideal de organização dos trabalhadores no futuro pós-revolução política dos mesmos, pós-capitalista e pós-Estado. Tal concepção pode ser encontrada em autores como

Mandel (1974), Viana (2008) e Martorano (2011), dadas suas especificidades em relação às posições políticas.

O *Guia de Visita à Fábrica Ocupada Flaskô* (2015) nos apresenta que com o avanço do MFO, sobretudo no que diz respeito aos avanços sociais trazidos pela gestão dos trabalhadores, as experiências de ocupação da fábrica começam a ser malvistas pela burguesia organizada brasileira, em 2007. O presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e o da Associação Patronal da Indústria de Plástico (ABIPLAST) escrevem notas repudiando a parceria firmada entre o Movimento e o governo venezuelano de Hugo Chávez, a respeito de cooperação técnica e material entre os interessados. Com isso, houveram momentos em que a Flaskô sofreu graves ameaças, principalmente no âmbito jurídico, já que, por causa das dívidas deixadas pelos patrões, todo o parque fabril encontra-se penhorado pela justiça. Além destas, ainda há dívidas com a companhia que fornece energia elétrica e todo mês os trabalhadores encontram dificuldade para conseguir dinheiro para pagar as contas da fábrica.

Em relação às dívidas herdadas, estas não são responsabilidade dos trabalhadores, mas a justiça tenta criminalizá-los pelas mesmas, mesmo que eles também tiveram seus direitos sonegados e lutam para recuperá-los diariamente. Quando os trabalhadores solicitaram a autorização legal para gerir a empresa em nome do Conselho de Fábrica ou de uma Associação de Trabalhadores, o pedido foi negado. Entretanto, no momento de executar uma ação contra a fábrica, procuram os representantes dos operários para que aceitassem a retirada de máquinas ou a penhora de faturamento da empresa.

Durante todos esses anos houveram centenas de processos, leilões de máquinas e equipamentos, além de ações de execução de penhora de faturamento que foram barrados pela mobilização dos operários e seus apoiadores. O advogado Alexandre Mandl, que acompanha a situação da empresa desde o começo, relatou que os trabalhadores respondem também por um processo de formação de quadrilha, justamente pela ocupação da fábrica, juntamente ao mesmo. Essa é uma tentativa de retirar os trabalhadores dali e

declarar o estado total de falência por meio da criminalização dos mesmos, que insistem e resistem no funcionamento da empresa.

Além da ocupação da fábrica, em 2005 o terreno ocioso ao redor da mesma foi ocupado na busca por moradia dos que até então eram sem teto em Sumaré. A ocupação foi organizada com o consentimento dos trabalhadores da fábrica e criada a Vila Operária e Popular. A partir desse momento, a luta que antes se voltava pela garantia dos postos de trabalho e o funcionamento da produção em busca da estatização sob controle operário, tornou-se também a luta pela regularização dessas moradias. Em 2009, criam a Fábrica de Cultura e Esportes, utilizando espaços antes ociosos da fábrica, a fim de trazer atividades culturais, educativas e de formação, com a ideia da garantia do caráter social amplo da fábrica, somando à luta a garantia pela cultura, esporte e lazares na região historicamente carente dessas iniciativas.

Ao longo desses 16 anos de ocupação, a gestão da Flaskô também manteve laços com diversos movimentos sociais da região de Campinas, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Acampamento Elizabeth Teixeira, em Limeira e o Assentamento Milton Santos, em Americana, junto ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no Zumbi dos Palmares, em Sumaré, e Dandara, em Hortolândia e ao MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos), na Ocupação Joana D'Arc e em diversas outras ocupações como Pinheirinho, em São José dos Campos e a Vila Soma, em Sumaré. Além do apoio à outros movimentos sociais, a Flaskô sempre buscou estar presente em fábricas em greve e/ou que correm o risco de serem fechadas, visto que estas, quando há consentimento por parte de seus trabalhadores, podem também ser ocupadas. Além disso, pela estrutura estabelecida com espaços para reuniões, alojamento e alimentação, foram protagonizados no interior da Flaskô encontros de caráter estudantil ou de juventude, que sempre está disponível para esse tipo de iniciativa que fomenta debates.

A Flaskô e o MFO sempre tentaram manter relações com as experiências de trabalhadores em relação à ocupação de fábricas ou recuperação sob administração destes. Para isso, estiveram ao longo dos anos em diversos

espaços discutindo com operários das ERTs (Empresas Recuperadas por Trabalhadores) brasileiras acerca das demandas que norteiam a luta no cenário nacional. A fábrica conta com o apoio de outras empresas autogeridas por trabalhadores na América Latina, recebendo visitas e participando de encontros na Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, entre outros países, reafirmando o caráter internacional da luta e união da classe trabalhadora.

Em suma, o que ocorre na fábrica Flaskô é uma experiência guiada pela teoria marxista, mas que apresenta suas especificidades intrínsecas ao capitalismo brasileiro. A discussão é extensa, tanto no âmbito conceitual e jurídico, quanto no âmbito geopolítico e filosófico. Aqui cabe não exatamente o juízo de valor quanto à legitimidade da luta travada desde 2005, mas sim o levantamento de pontos que reforcem a ideia de uma práxis revolucionária.

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso da fábrica ocupada Flaskô, localizada no município de Sumaré (SP), apresentando inicialmente o MFO, seu histórico, sua organização, as reivindicações e seus desdobramentos, perpassando pelas análises conjunturais até a ocupação da Flaskô, que dentre as especificidades da fábrica, teve de lidar com o silêncio dos governos petistas diante da problemática apresentada.

A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho se dá a partir da importância da classe trabalhadora como força motriz do sistema capitalista, sobretudo dentro do contexto político brasileiro, que apresenta políticas cada vez mais neoliberais, mesmo com períodos considerados progressistas, como os governos Lula e Dilma.

O estudo realizado se baseia em revisões bibliográficas acerca do MFO, estando fundamentado pela teoria marxista e pautado pelos livros “Fábricas Ocupadas e Controle Operário: Brasil e Argentina” (VERAGO, 2011); “Flaskô: fábrica ocupada” (DELMONDES; CLAUDINO, 2009); “Fábrica em movimento” (MUSTO, 2012) e “Vila Operária e Popular: Um terreno e uma fábrica ocupados: 10 anos de lutas” (CAMARGO, 2015).

O trabalho encontra-se estruturado em cinco seções principais, a considerar esta, onde estão apresentadas as informações referentes ao estudo de caso

realizado e uma breve contextualização acerca do MFO e da fábrica ocupada Flaskô especificamente. A segunda seção traz os preceitos teóricos que o fundamenta, apresentando o histórico do MFO. A terceira, trata da análise de conjuntura, pautando a crise do capital, políticas econômicas, os conflitos que culminaram na ocupação fabril. A quarta seção apresenta o caso da Flaskô e seus desdobramentos, as alianças do Partido dos Trabalhadores (PT) com a burguesia, o espaço urbano e a crise da moradia, até o surgimento da Vila Operária e os benefícios para a comunidade local. Por último, na quinta seção são postas as considerações finais do trabalho, baseadas no que foi desenvolvido ao longo deste.

2. PRECEITOS TEÓRICOS

2.1. Trabalho, classes sociais e o controle produtivo

Neste item serão discutidas as categorias “trabalho” e “classes sociais” e como estas e o controle produtivo se configuram dentro da lógica do capital e seus interesses em benefício de uma classe e em detrimento de outra.

A partir da década de 80 algumas categorias tidas como universais, tais como a noção de trabalho, o movimento operário e a luta de classes passam a ser questionadas no âmbito das ciências sociais, como colocado por Verago (2011).

Lessa (2007) contribui nesse debate apontando que autores como Serge Mallet, Pierre Belleville e Georges Gurvitch apresentavam em suas teses a partir de 1960 que o proletariado estaria desaparecendo, transformando-se em “classe média” ou se “aburguesando”, ao considerar as diferenças relativas aos demais assalariados. Ainda conforme esses autores, estaria em formação uma “nova classe operária”, assemelhando-se ao que é chamado de “classe média”, em decorrência do desenvolvimento fabril a partir da automação e do próprio sistema de produção.

Sobre a automação, Robert Blauner e Joan Woodward postulavam que tal processo seria responsável por reverter o parcelamento dos processos de trabalho, viabilizando o controle produtivo como um todo pelos trabalhadores. Nesse sentido, equipes relativamente autônomas passariam a cumprir funções de

vigilância e controle, rompendo assim a hierarquia e os antagonismos presentes nas fábricas, bem como o processo de alienação do trabalho (GALLIE, 1978, p. 9-14).

Na década de 60, sobretudo sob influência de Maio de 1968 na França, onde fábricas foram ocupadas e o conceito de autogestão estava fortemente presente, popularizou-se a tese de que a luta de classes estava mudando seu perfil econômico-salarial para uma forma de luta centrada no controle da gestão de empresas.

Gorz (1972) propõe em *Tática e estratégia do controle operário* que a tomada das fábricas e a organização do controle operário seria a única maneira da classe operária reagir ao capitalismo diante da situação de integração vivida pelos sindicatos. Salvas as divergências entre os autores, todos concordavam com a avaliação de que o pós guerra elevou a humanidade a um patamar de desenvolvimento tão significativo quanto à produção e consumo, que as classes sociais estariam ou se transformando ou desaparecendo. Além disso, o desenvolvimento tecnológico estaria contribuindo para que houvesse a ausência de limites entre trabalho manual e intelectual. Dessa maneira, era necessário um novo conceito de classe (VERAGO, 2011, p. 41-42).

Gorz (1980) prossegue o debate defendendo a tese de que a classe operária estaria se integrando ao capitalismo, deixando de corresponder à categoria de classe revolucionária proposta por Marx. Assim, o proletariado teria dado adeus à revolução graças ao avanço das tecnologias, e posteriormente seguiria nessa condição em decorrência da crise dos anos 70.

Entretanto, nem todos os autores concordam com essa tese. Lessa (2007) sustenta que mesmo com as transformações na produção, tais previsões acerca do desaparecimento da classe operária não ocorreram. É correto dizer que com o avanço da automação os ritmos de produção e trabalho aceleraram, porém as classes sociais não desapareceram, tampouco houve a dissolução da classe operária. Além disso, os trabalhos manual e intelectual não se fundiram, portanto as relações sociais se mantiveram as mesmas, com certas fragilidades a serem consideradas no que diz respeito às formas de luta do proletariado. Marx (1985)

analisa esse processo no Capítulo V de O Capital e retoma no Capítulo XIV, colocando que:

[...] Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde será controlado. [...] Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual (MARX, 1985a, p. 105).

Verago (2012) pontua que esses aspectos corroboram com a validade das categorias “trabalho” e “classe operária” para a compreensão das relações sociais vigentes. Ainda de acordo com a teoria marxista, ao considerarmos o trabalho como eterna condição da existência humana, não consideramos ainda a divisão social do trabalho. Esta é uma categoria de análise que assume centralidade para pensarmos a sociedade de classes, pois a partir dessa estrutura social ocorre uma intensificação da divisão social do trabalho e a separação entre o trabalho manual e intelectual.

À luz da teoria marxista, é a divisão social do trabalho a responsável pela separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, portanto o trabalhador que antes controlava a si mesmo passa a ser controlado. Neste contexto, surge o trabalhador coletivo, que segundo Marx pode ser interpretado tanto como ampliação, quanto como estreitamento do conceito de trabalho produtivo e trabalhador produtivo, sendo que por “produtivos” entende-se aqueles que produzem mais-valia. Esta ampliação ocorre porque a “[...] reprodução do capital inclui todas as práxis produtoras de mais-valia, sejam elas trabalho (intercâmbio homem/natureza) ou não” (LESSA, 2007, p. 152).

Portanto, é possível inferir que apesar de todos os trabalhadores produzirem mais-valia, nem todos cumprem a função de intercâmbio orgânico com a natureza, tampouco pertencem à categoria de “trabalhador coletivo”. Verago (2012) contribui pontuando que as subfunções de “controle”, “vigilância”, “supervisão”, dentre outras, podem ser subfunções tanto do trabalhador coletivo como de outros trabalhadores assalariados.

Em suma, Verago (2012) conclui que no sistema capitalista tanto o trabalho, quanto a produção estão submetidos e controlados com a finalidade de se extrair a mais-valia, que se baseia na extração de mais-trabalho, ou trabalho não pago para a reprodução do capital. Diante disso, o trabalho deixa de ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador e se converte na potência da classe dominante sobre o trabalhador explorado. Cabe salientar que a influência da luta de classes no processo produtivo intensifica a subordinação dos trabalhadores, aprofundando o processo de alienação dos próprios.

O processo de alienação dos trabalhadores assume o papel de catalisador da manutenção do controle produtivo pelo capital de acordo com seus objetivos globais. Entretanto, ao pensarmos em um sistema de produção alternativo ao sistema capitalista, não necessariamente romperemos com as formas de controle da produção em relação a coordenação exigida pela complexidade dos processos produtivos. Para Marx:

[...] Todo trabalho combinado, executado em grande escala, exige, com maior ou menor intensidade, uma autoridade que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados... Esse trabalho de dirigir, superintender e mediar, assume ao capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo. (MARX, 2001, p. 384).

Dentro de uma lógica anticapitalista, os trabalhadores devem assumir portanto a coordenação da produção a fim de superarem as relações capitalistas de subordinação. Para Marx, a função de coordenar ou controlar a produção é inerente ao trabalho coletivo, mas não à relação de exploração capitalista. Neste sentido, as modificações organizacionais surgidas nas últimas décadas decorrentes do avanço tecnológico são problemáticas, pois os trabalhadores permanecem na condição de subordinados e o capital continua controlando a produção de maneira indireta, sob o discurso de “gerenciamento flexível”.

Assim, mesmo com a reorganização da produção pelo sistema capitalista que por vezes integra operários em funções de “controle de produção”, ainda se refere a um controle subordinado que é funcional à exploração dos próprios

operários. Essas formas de controle encontram-se em permanentes transformações, justamente pelo incremento da automação fabril, junto a novas estratégias de gestão capitalistas. Vale enfatizar que as crises do capital exigem menos pessoal tanto para a produção, quanto para o controle, ditando assim as regras do sistema.

2.2. Autogestão e controle operário

Neste item serão apresentados o conceito de “autogestão” e as ideias que permeiam o “controle operário”, comumente confundidos entre si ao debatermos a luta dos trabalhadores que buscam em experiências anticapitalistas a emancipação produtiva. Existem duas tradições de pensamento à respeito da “autogestão”: uma é libertária e pode ser fundamentada pelo ideólogo anarquista Proudhon; outra é marxista e trata fundamentalmente do socialismo autogestionário. Aqui, vamos nos ater à tradição marxista.

O conceito de autogestão frequentemente se baseia quanto às relações de gestão dos trabalhadores sobre a produção, considerando aspectos como a autonomia, horizontalidade, democracia direta ou representativa, representatividade elegível e revogável permanentemente e rotatividade de funções (VERAGO, 2011, p. 53).

Verago (2011) considera que para debatermos qualquer poder, controle ou autonomia dos trabalhadores sobre os meios de produção dentro do sistema de produção vigente, é de suma importância ressaltar que este poder somente pode ser relativo e portanto limitado. A chamada “autogestão dos trabalhadores” é considerada uma possibilidade dentro das condições capitalistas, mas pode ser vista como forma de transição para além destas.

Para os autores marxistas, o conceito de autogestão parte da ideia de “produtores livremente associados”, sendo sinônimo da maneira que os trabalhadores devem se organizar idealmente em um futuro pós-revolução, pós-capitalista e pós-Estado.

Ao pautarmos a concepção autogestionária dada no próprio capitalismo, entendemos que os trabalhadores podem conquistar autonomia econômica e

política, sem necessariamente romper e conquistar o poder político-econômico hegemonicamente. Entretanto, neste sentido os “produtores livremente associados” são ignorados, reduzindo a autogestão a um tipo de “trabalho associado”, como acontece por exemplo nas cooperativas.

Mandel (1979) se opõe a essa ideia, pois considera que a autogestão de trabalhadores não convive com a economia ou o sistema capitalista, alheia a natureza de classe do Estado e ao poder das instituições econômicas no capitalismo e não se confunde com as ideias de “participação”:

[...] A autogestão dos trabalhadores pressupõe o derrube do poder do capital nas empresas, na sociedade e mesmo do ponto de vista do poder político. Enquanto este poder subsistir, não é apenas uma utopia querer transferir o poder de decisão para os trabalhadores, fábrica por fábrica (como se as decisões estratégicas da economia capitalista contemporânea fossem tomadas a esse nível e não ao dos bancos, dos trustes, dos monopólios e dos Estados!). (MANDEL, 1979, p. 285, tradução nossa).

O autor analisa que a autogestão vista de maneira acrítica assemelha-se ao desenvolvimento de cooperativas no sistema de produção vigente, sem considerar que os trabalhadores cooperados são submetidos à lógica mercadológica do capital, além de corresponderem a uma prática “participacionista”, desconsiderando a oposição entre trabalho e capital.

Trotsky (1931) contribui neste debate a partir da discussão sobre o controle operário em sua complexidade. Para ele, o controle não é necessário para fins platônicos e sim para exercer uma influência prática sobre a produção e sobre as operações comerciais dos patrões. Sem dúvidas, o controle operário será alcançado dentro de certos limites, transformando-se em uma gestão direta. De maneira desenvolvida, implica em uma espécie de poder econômico dual nas fábricas e em empresas comerciais. Em suas palavras:

[...] Se a participação dos trabalhadores na gestão da produção tem de ser duradora, estável, “normal”, deverá se apoiar na colaboração e não na luta de classes. Tal colaboração de classes somente pode levar a cabo através dos estratos superiores dos sindicatos e das associações capitalistas. No faltam experimentos deste tipo na Alemanha (a “democracia econômica”), na Inglaterra (o “mundismo”), etc. Não obstante, em todos estes casos, não se trata do controle operário sobre o

capital, senão da subordinação da burocracia do trabalho ao capital. Esta subordinação, como mostra a experiência, pode durar muito tempo: depende da paciência do proletariado. (Tradução nossa).

Ao refletirmos sobre a autogestão dos trabalhadores, é imprescindível ponderar que a maneira de autogestão aqui pautada se manifesta a considerar a conjuntura discutida, que diverge da tratada por Marx no plano histórico de cooperativas que hoje assumem outros significados diante do método produtivista e mercadológico da sociedade. Diferente do que a autogestão se propõe a ser dentro da lógica contemporânea, a autogestão aqui conceituada está intrinsecamente relacionada à ruptura do sistema produtivo vigente; implica numa lógica revolucionária de autonomia, coordenando e dividindo socialmente a produção de maneira não hierarquizada, mas centralizada e organizada dentro das fábricas.

Ao pensarmos na superação do capitalismo, Verago (2011) pontua que será positivo eliminar a divisão social do trabalho, mas provavelmente a eliminação da divisão social da produção será impossível e desnecessária, já que a mesma estará sob o controle dos próprios produtores. Portanto, o controle operário se refere a um controle sobre os meios de produção, seja em uma única fábrica, em um setor industrial, ou até mesmo a produção como um todo no território.

Mandel (1979) analisa que o controle operário deve se consolidar como centralidade nas discussões sobre a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas e em casos onde há tentativas de sabotagem ou fechamento de empresas, pontuando que o controle operário deve ser para os trabalhadores o equivalente exato do que representa aos estudantes a contestação total:

[...] O controle operário significa a afirmação por parte dos trabalhadores da negativa de permitir que os patrões disponham livremente dos meios de produção e da força de trabalho. A luta pelo controle operário é a luta por um direito de veto de alguns representantes livremente eleitos pelos trabalhadores e revogáveis em todo momento sobre a contratação e as demissões, sobre os ritmos das cadeias, sobre a introdução de novas fabricações, sobre a manutenção ou a supressão de toda fabricação, e, evidentemente, sobre o

fechamento das empresas. É a negação de se discutir com o patronato ou o governo em seu conjunto sobre a divisão da renda nacional mesmo que os trabalhadores não tenham tido a possibilidade de desmascarar a forma com que os capitalistas distribuem as cartas quando falam de preços e lucros. É, em outros termos, a abertura dos livros de contabilidade patronal e o cálculo pelos trabalhadores dos autênticos preços de custo e das verdadeiras margens de lucros. (MANDEL, 1979, p. 286, tradução nossa).

O autor conclui dizendo a luta pelo controle operário, baseado em uma estrutura anticapitalista deve entrar em todas as sinuosidades das preocupações imediatas das massas, que emergem e ressurgem repetidamente na realidade cotidiana vivida por trabalhadores, donas de casa, estudantes e intelectuais revolucionários, se opondo à ideia de que o controle operário deve ser um fim em si mesmo dentro de um programa de transição.

3. ANÁLISE DE CONJUNTURA

3.1. A crise do capital

Neste item serão apresentados alguns dos elementos conjunturais que fundamentam a crise do capital, e que são de suma importância para a compreensão dos desdobramentos ocorridos a nível internacional e local, como falências de fábricas e demissões em massa que culminaram no surgimento do MFO no Brasil.

A década de 90 foi palco de várias crises que desencadearam protestos e experiências de ocupações de fábricas por trabalhadores. A conjuntura estava pautada nos resquícios da crise iniciada nos anos 1970, indesejada pelos capitalistas, mas importante para a reestruturação da base produtiva e do Estado.

Apesar da possibilidade de reestruturação da produção, não havia nenhuma garantia de que esta fosse suficiente e traria efeitos desejados que resolvessem os problemas do sistema sem suas próprias contradições e capacidade de gerar novas crises, já que a existência de uma reestruturação geral tende a culminar em uma desestruturação de outros setores produtivos.

A lei do valor-trabalho fundamenta o desenvolvimento do sistema capitalista e tende à queda da taxa de lucros. Entretanto, por tratar-se apenas de uma tendência, pode nem sempre ser observada ou ainda não ocorrer a curto prazo e com intensidade.

Para Marx (1988) algumas causas genéricas que atuariam contrariando a tendência seriam: (I) a ampliação do grau de exploração do trabalho; (II) a compressão do salário abaixo de seu valor; (III) o barateamento dos elementos do capital constante, (IV) a superpopulação relativa, (V) o desenvolvimento do comércio exterior e (VI) o aumento do capital por ações.

As crises são eventos complexos que não se explicam somente pela ineficiência das causas que contrariam a queda tendencial da taxa de lucro. Quando há eficiência exacerbada, pode-se também observar crises do capital. Portanto, podem existir fatores atuando contrariamente à tendência, de maneira eficiente, capazes de trazerem outras consequências de desajuste.

Conforme colocado por Marx em *O Capital*, as crises do capital são impulsionadas e sustentadas pelo próprio desenvolvimento dialético da acumulação capitalista, ou seja, pelas contradições históricas de classe que constituem o conceito de capital. Assim, para entender de vez o funcionamento das crises é fundamental a compreensão do conceito de capital e da luta de classes.

Engels expõe na Parte II do Capítulo VII de sua obra intitulada *Anti-Dühring* que Marx não fez do capital a ideia comumente admitida em economia política, segundo a qual o capital é um conjunto de meios de produção, sendo ele próprio um produto; Marx busca expressar uma ideia histórico-dialética, penetrando no jogo de metamorfoses dos conceitos e da história.

De acordo com a teoria marxista, o capital nasce da moeda, constituindo uma fase histórica iniciada no século XVI. A moeda aparece como a última forma e superior.

[...] Este produto último da circulação das mercadorias é a primeira forma sob a qual se manifesta o capital. Do ponto de vista histórico, o capital ergue-se por toda parte contra a propriedade territorial, sob a forma de dinheiro, como numerário, como capital mercantil e capital usuário. O mesmo

fenômeno desenvolve-se diariamente aos nossos olhos. Na sua primeira entrada em cena, isto é, na sua primeira aparição no mercado, quer se trate do mercado de mercadorias, do de trabalho ou de moeda, o capital reveste sempre a forma dinheiro, a forma de um dinheiro que, por processos determinados, deve transformar-se em capital. (O Capital, livro I, capítulo IV).

Ao prosseguir nos estudos sobre os processos pelos quais a moeda se transforma em capital, Marx verificou inicialmente que a forma sob a qual a moeda circula como capital é a inversão exata da forma sob a qual ela circula como equivalente geral das mercadorias. Engels (1878) apresenta que, de acordo com a teoria de Marx, o simples possuidor de mercadorias vende para comprar; vende aquilo de que não tem necessidade e, com o dinheiro obtido, compra aquilo de que tem necessidade.

A partir deste ponto foi possível definir a mais-valia, já que o capitalista incipiente começa a comprar aquilo de que ele próprio “não tem” necessidade; compra para vender mais caro e assim recuperar o valor dinheiro primitivamente aplicado na compra acrescido ainda de um excedente em dinheiro.

Com o conceito de capital e mais-valia elaborados, foi possível discorrer sobre a teoria da luta de classes, que se baseia na concepção da hegemonia do proletariado. Esta é a força motriz capaz de girar a roda da história. Para Marx, a dicotomia entre a burguesia e o proletariado é uma das mais importantes contradições do sistema capitalista. Esta é capaz de transformar verdadeiramente a sociedade caso a classe trabalhadora não seja engolida pela ideologia burguesa.

Em todo caso, as crises do capitalismo, independente de sua dimensão, são os momentos onde melhor se expressa a essência de “contradição em processo” do sistema. Quando fica explícita a progressiva dificuldade de recomposição das condições gerais de valorização do capital (MAZUCHELLI, 1985).

Entretanto, as crises contemporâneas foram capazes de modificar o modo de funcionamento do sistema e houveram efeitos positivos na recomposição das condições de valorização do capital a nível mundial entre os anos 1980 e 2000. Na

década de 1970 os resultados foram desastrosos, sobretudo em relação às economias latino-americanas e consequentemente em vários setores capitalistas dessa região.

Harvey (1992) em *A condição pós-moderna* afirma que as mudanças ocorridas no sistema capitalista iniciadas a partir da década de 1970 foram enormes, mas ao nível das aparências superficiais do capitalismo, permanecendo as mesmas a lógica inerente da acumulação capitalista e suas tendências de crise.

Mészáros entende que a partir da década de 1970, a queda da taxa de lucro e o início da reestruturação produtiva, já eram ambas expressões de uma mudança expressiva no sistema capitalista, que depois de viver a era dos ciclos entrava em uma nova fase inédita, de crise estrutural, marcada por um “*continuum depressivo*” (ANTUNES, 2009, p. 46-47).

É nesse período que as crises do capital passam a ser caracterizadas por desmontes ou deslocamento das estruturas produtivas. Dessa maneira, o capital dirige-se para localidades onde o custo de trabalho é menor e para esferas financeiras de valorização, realizando suas necessidades primordiais capazes de reconstituir o circuito de reprodução do capital quando não só a inversão da tendência de baixa nas taxas de lucro como outras contradições o exigem (HARVEY, 1992; CHESNAIS et al., 2003).

Por isso, o capital passou a contar com o Estado – sobretudo das nações imperialistas – para readequar países subservientes com “ajustes estruturais”, que significaram diversas “flexibilizações” do mercado financeiro, comercial, produtivo ou de trabalho (CANO, 2000; BRAGA, 2001).

Neste caso, a ideia de “reestruturação”, mais parecida com a de “deseestruturação”, por seguir a lógica destrutiva e paradoxal do sistema, recai sobre os trabalhadores direta e indiretamente. Portanto, são válidas as observações de estudos sobre a precarização e intensificação das formas de exploração, seja pela segmentação das cadeias produtivas ou por sua expulsão em massa da esfera de produção (POCHMANN, 2001; ANTUNES, 2000, 2002).

O proletariado dos países subdesenvolvidos, como é o caso Brasil, sofreu com as consequências gerais da crise e dos ajustes a partir da década de 1990. As aberturas comerciais foram bastante negativas, levando várias empresas à falência, principalmente às de capital nacional, obrigando as sobreviventes a se reestruturarem rapidamente sob a forte pressão da concorrência de multinacionais, ou a se desnacionalizarem fundindo-se a elas ou a serem privatizadas (VERAGO, 2011).

É neste momento que, pela manutenção dos empregos, ressurgem formas de resistência como a ocupação de fábricas em estado de falência ou pré falimentar por parte dos operários (LIMA, 2004; LUCITA, 2002; RAU, 2004; DAVOLOS; PERELMAN, 2005; TAUILLE et al., 2005).

3.2. Políticas econômicas

Há neste item uma breve apresentação das políticas neoliberais ocorridas na América Latina e especificamente no Brasil a partir da década de 1990, que serão fundamentais para a compreensão dos desdobramentos relacionados às ocupações fabris.

Houve nas últimas décadas o aprofundamento de políticas instáveis, muito particulares do capitalismo contemporâneo, que geram oscilações na economia mundial e causam desmontes de diversos tipos, sobretudo em países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil.

Neste cenário, planos econômicos pautados pela receita norte-americana de ajustes estruturais foram postos em prática em nosso país, visando melhor servir ao capital financeiro internacional, se consolidando como a base produtiva das economias latino-americanas e nos tornando mais suscetíveis ao ambiente externo (VERAGO, 2011).

Nos anos 1990 o programa econômico conhecido como “Plano Real” incluiu no Brasil reformas estruturais profundas, como privatizações, desregulamentações, maior abertura aos mercados de capitais de bens, flexibilização trabalhista, entre outros, que alteraram o funcionamento e o perfil da

economia brasileira buscando atender as exigências do capital financeiro internacional e as demandas das nações imperialistas.

O Plano Real foi lançado em junho de 1993, sob a justificativa de controlar a hiperinflação e reduzir o endividamento externo, mas consolidou-se de fato em 1995, quando os preços começaram a se estabilizar e emitiram a nova unidade monetária. As privatizações e as desregulamentações, assim como a reforma do sistema de seguridade social foram aprovados na segunda metade da década de 1990.

Em 1998 foi aprovada a reforma constitucional que redefinia as relações entre os estados federais e a União. Esta, por sua vez, teve um relativo atraso na aprovação, já que houve uma interrupção do programa de estabilização e de reformas estruturais lançadas por Fernando Collor de Mello em 1990, que teve seu mandato interrompido em 1992, após envolvimento com uma série de esquemas de corrupção. Itamar Franco, seu sucessor, não prosseguiu com as reformas, que foram retomadas apenas em 1995, no mandato de Fernando Henrique Cardoso (BRENTA, 2002).

O Brasil eliminou o financiamento da despesa pública através da expansão monetária, decretando autonomia ao Banco Central. Foi fixado como objetivo o equilíbrio fiscal e o superávit primário, que deram origem ao chamado tripé macroeconômico de FHC. Fortes ajustes foram realizados na despesa pública, e leis de responsabilidade fiscal foram criadas para regulamentar os gastos públicos. Os déficits públicos passaram a se financiar através da emissão de bônus no mercado interno e internacional.

Houve ainda nesta década o aprofundamento da abertura comercial através da redução de impostos para os produtos de fora do MERCOSUL e da sujeição às normas da OMC. O país, que deveria ver o MERCOSUL como destino e a ALCA como uma opção, fortaleceu seu poder de negociação com os demais sócios comerciais, como a União Europeia, a ALCA e outros países da OMC (BRENTA, 2002).

É importante mencionar que tais medidas alteraram estruturalmente os resultados macro e microeconômicos do país. Apesar da redução da inflação e da

expansão da demanda de bens duráveis, ao menos inicialmente, foram mantidas as elevadas taxas de juros, que junto à sobrevalorização cambial e ao crescimento das importações, aumentaram o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e multiplicaram o déficit fiscal, assim como o endividamento público, dificultando o financiamento interno das empresas e favorecendo o rendimento de capitais externos e o investimento externo direto em privatizações, fusões e aquisições (VERAGO, 2011). Estes efeitos combinados tornaram a economia brasileira bastante vulnerável às instabilidades externas e às crises econômicas internacionais.

3.3. Os conflitos

Neste item será apresentado o histórico das fábricas ocupadas, tratando dos conflitos que culminaram em suas ocupações, pautadas pela frágil conjuntura, fruto de políticas neoliberais implementadas no continente latino-americano a partir da década de 1990.

Em 1963 é criada em Joinville a fábrica Cipla, atuando na produção de peças plásticas para utensílios domésticos, materiais de construção e componentes para a indústria automobilística e de eletrodomésticos. Entre seus clientes estavam as multinacionais Volvo, Mercedes Benz, Multibrás (Cônsul), Volkswagen, Scania, Ford e Fiat. A fábrica chegou a ter entre 2.000 e 4.000 funcionários, entretanto passou por uma reestruturação a partir dos anos 1990 decorrente de uma crise.

O mercado de trabalho brasileiro sofreu profundas mudanças na década de 1990, especialmente na sua segunda metade, a partir da vigência do Plano Real, com o aumento das taxas de desemprego e da precarização. Tal processo, apesar de se difundir para os setores econômicos como um todo, foi mais expressivo na indústria. Em Santa Catarina os reflexos da reestruturação foram mais drásticos do que na maioria dos estados brasileiros, por conta do perfil exportador da indústria catarinense.

Neste contexto, o empresário Luis Batschauer, presidente da Corporação HB, que controlava a Cipla e diversas outras empresas, comunicou que a partir daquele momento não investiria em mais nada. A decisão foi reflexo da expectativa de recessão e da política econômica do presidente Fernando Collor de Mello, que confiscou os recursos da poupança interna, afetando diretamente o consumo (RIZZI, 1990).

Para reduzir custos de operação, a empresa teve como primeiras medidas a determinação de férias coletivas, redução de salários e de jornada, além de recusar-se em negociar reposições salariais com o sindicato da categoria. As medidas de reestruturação serão mais drásticas a partir de 1992, com a fusão entre as empresas, demissões na produção e na administração, dispensas de aposentados, parcelamento dos salários, etc. É neste período que as empresas deixam de recolher impostos e encargos trabalhistas como o INSS e o FGTS.

Em 1994, a Cipla dá entrada ao pedido de concordata preventiva. Rainoldo Uessler é nomeado pelo juiz o responsável pela concordata, que negligencia o pagamento das dívidas. Assim, nos anos seguintes, as empresas mantiveram procedimentos de irregularidade tributária fiscal e trabalhista. Nesta situação, o Estado, a população e os trabalhadores foram lesados, não sendo este um caso isolado.

Durante estes anos, o INSS abriu inúmeros processos de cobrança dos débitos previdenciários do grupo Cipla. Os proprietários Luis e Anselmo Batschauer foram quatro vezes condenados à prisão por apropriação indébita, já que deduziam os tributos previdenciários da folha de pagamento sem recolher ao INSS. De acordo com Verago (2011) nenhum dos processos foram concluídos, diante do não pagamento e acúmulo progressivo das dívidas. Todos os processos foram engavetados em 2000, quando a concordata foi extinta. O administrador da mesma também não foi responsabilizado pela negligência e os proprietários prosseguiram no mesmo sentido.

Ainda de acordo com Verago (2011), apesar do INSS não ter logrado o recebimento dos tributos, nenhum dos processos movidos pelo instituto levou a

medidas de intervenção nas empresas, como ocorreu em 2007, criminalizando a gestão dos trabalhadores.

Dos anos 2000 em diante a situação da Cipla se agravou. Acumulou-se grande passivo tributário, trabalhista, além de compromissos de pagamentos a fornecedores, que foram revertidos em inúmeras ações judiciais, autuações, penhoras, greves e consequentemente perda de credibilidade, afetando portanto as vendas, num efeito cascata que pouco a pouco sufocou a atividade produtiva (VERAGO, 2011).

Em 2002, a fábrica que não pagava o FGTS desde 1999, teve uma drástica redução no quadro de funcionários em decorrência de sucessivas demissões, além do parcelamento dos salários, pagos diária ou semanalmente a base de R\$30,00 ou R\$50,00 por parcela (BORBA, 2007).

Parte da Corporação HB, a Interfibra, criada em 1970, era uma das duas produtoras no mundo de tubos, tanques, conexões e laminados de plástico reforçado que suportam alto calor e pressão. À época, é a única empresa brasileira produtora de tubos para extração de petróleo. Seus compradores foram, além da Petrobrás, empresas de papel e celulose e de saneamento básico (NASCIMENTO, 2004). A empresa chegou a ter 600 funcionários, mas a partir da década de 1990 teve uma trajetória similar a da Cipla, reduzindo o quadro de funcionários para 200 trabalhadores.

A Flaskô, fundada em 1977 e também controlada pela Corporação HB, é uma fábrica dedicada a produção de embalagens industriais plásticas de grandes volumes para a indústria alimentícia, petroquímica, farmacêutica, frigoríficos, entre outras. Nos anos 1980 tinha 600 funcionários e era a empresa que melhor remunerava seus funcionários na região onde se instalou, no interior do estado de São Paulo, no município de Sumaré.

Assim como a Cipla e a Interfibra, a partir da década de 1990 a empresa passa a descumprir suas obrigações com tributos, direitos e salários. Nesta década, uma onda de demissões esteve presente na fábrica, chegando a apenas 65 funcionários em 2003.

Conforme exposto, os casos descritos tiveram uma trajetória de decadência a partir da década de 1990, relacionada às crises econômicas que atingiram diversas empresas no país. Posteriormente, a partir dos primeiros anos da década seguinte, cada uma das empresas tiveram respostas dos coletivos de trabalhadores.

Por não estarem localizadas no centro industrial mais importante do país, os trabalhadores das empresas Interfibra e Cipla não se encontravam nos círculos tradicionais e históricos das lutas operárias. Por outro lado, a Flaskô é a que está mais próxima do centro produtivo, na região industrial metropolitana de Campinas, e consequentemente dos centros tradicionais do movimento operário e sindical.

A Cipla e a Interfibra, apesar de estarem localizadas na principal cidade industrial do estado de Santa Catarina, deu início às mobilizações contra a situação das empresas a partir de 2002. Na Flaskô, desde 1997 há registros em boletins sindicais de greves em função das insatisfações dos operários com as condições de trabalho e de deterioração da empresa (VERAGO, 2011, p. 128-129).

Há de se considerar aspectos importantes que permitiram cada um dos casos se conectarem com setores da classe operária e do movimento operário. A Cipla, por exemplo, no momento em que entra em falência e passa a administração dos trabalhadores estava entre as 19 empresas da cidade de Joinville com mais de 500 funcionários. Além disso, estava localizada na região central e foi uma empresa bastante relevante economicamente, também em termos de geração de empregos na cidade e no estado.

Por quase uma década viu-se a empresa definhando, com reduções expressivas no quadro de funcionários, chegando em 2002 a cerca de 650 empregados. Havia entre a população e os trabalhadores do local um sentimento comum de que a empresa não deveria fechar suas portas. Nesta conjuntura, quando os trabalhadores decidiram entrar em greve, contaram com o apoio de todos para resistirem (VERAGO, 2011).

Pode-se dizer que tanto a Interfibra quanto a Flaskô, apesar de terem atributos distintos da Cipla, ganharam importância na medida em que suas lutas

se conectaram à luta da Cipla, até por fazerem parte do mesmo grupo empresarial. Com as lutas conectadas, o MFO começou a ganhar força no país.

3.4. Produção e ocupação fabril

Neste item serão apresentadas as trajetórias dos trabalhadores das fábricas ocupadas a partir do ano de 2002, a partir das movimentações da Cipla, que tiveram ressonância na Interfibra, localizadas na mesma cidade, e após alguns meses na fábrica Flaskô, no estado de São Paulo.

As ocupações destas empresas têm ou tiveram longa duração. À priori, é importante considerar que o termo “ocupação” neste caso deve ser compreendido enquanto ato e situação, isto é, as fábricas foram e permaneceram ocupadas e retomaram a atividade produtiva sob os cuidados dos trabalhadores.

O ano de 2002 foi marcado pela estagnação da economia brasileira e pelas eleições presidenciais que teve uma campanha bastante polarizada entre os candidatos José Serra, do PSDB e o Luís Inácio Lula da Silva, de centro-esquerda, do PT. Lula venceu as eleições com um programa pautado pelo pacto social entre as classes e setores sociais do país. Mesmo assim, foi eleito num clima de “vitória da esquerda” e alimentou esperanças de crescimento do emprego, além de melhorias sociais para a classe trabalhadora e os mais pobres.

É neste cenário que os trabalhadores da Cipla e da Interfibra dão seus primeiros sinais de insatisfação coletiva relativa às condições de trabalho e as irregularidades por parte da administração patronal no que diz respeito aos salários e direitos trabalhistas.

Conforme Nascimento (2004), as movimentações na Cipla se desdobram em meio à rotina de trabalho ao longo de 2001 e 2002. Os trabalhadores recebiam o salário em parcelas semanais, apesar da empresa prosseguir com a produção. Fatores como a situação financeira e psicológica dos trabalhadores se deterioravam, com implicações graves, como o suicídio de um dos trabalhadores. Um trabalhador da fábrica declara:

[...] teve gente aqui que se suicidou, teve gente que foi despejado, água, luz... tudo cortado. Como que iam pagar?

Teve funcionário que trouxe filho, mulher... para almoçar aqui, porque não tinham o que comer em casa. O ano passado [2002] nós tínhamos 150 funcionários encostados no INSS, com depressão, doente. (NAPOLEÃO, 2009, p. 11).

Neste contexto, no início de 2002, mais da metade dos 800 trabalhadores da fábrica aderem a uma paralisação de 24 horas em protesto contra os atrasos no pagamento dos salários e do décimo terceiro salário. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, que à época enfrentava as consequências do envolvimento de membros da gestão 2000-2004 em atos de corrupção, destituindo membros da própria gestão de parte da diretoria do sindicato, não apoiou a paralisação, e em represália 140 funcionários foram demitidos, sobretudo aqueles que lideravam o movimento.

Napoleão (2005, p. 164) relata que:

[...] Entre janeiro e outubro de 2002, mês marcado pela ocorrência da greve que levou os trabalhadores a deter o controle da Cipla e Interfibra, prevaleceu o conflito velado entre patrões e empregados, os primeiros através da exaltação de falsas promessas de resolução da problemática vivida pelos trabalhadores, bem como cerceando a mobilização e a organização destes, alardeando possíveis demissões, enquanto os empregados receosos realizavam protestos isolados, como a sabotagem de máquinas e equipamentos.

Por não ser possível contar com a ajuda do sindicato e os problemas permanecerem nas fábricas, um operário busca o vereador Adilson Mariano do PT de Joinville, já que este é conhecido pela militância popular nos bairros. Concomitantemente, um grupo de operários do setor da ferramentaria contata a CUT de Santa Catarina. Com o apoio políticos destes e outros ativistas que passaram a acompanhar a situação, em setembro de 2002 foi realizado um ato com carro de som em frente a Cipla.

Daí em diante, um núcleo de resistência começa a se reorganizar no interior da fábrica, apoiado pela CUT catarinense, a qual o Sindicato dos Plásticos de Joinville não era filiado desde 1995.

Uma audiência pública foi organizada para a semana seguinte na Câmara dos vereadores de Joinville, com participação dos trabalhadores, onde o vereador do PT denuncia a situação que os trabalhadores da Cipla estavam vivenciando.

Militantes da organização “O Trabalho”, tendência trotskista interna do PT, passam a auxiliar as mobilizações e discussões. Entre eles estavam o radialista Carlos Castro, assessor do vereador Adilson Mariano e Serge Goulart, que à época era candidato a deputado estadual pelo PT de Santa Catarina, sendo o foco de sua campanha as fábricas do parque industrial de Joinville. Assim, ambos entraram em contato com a Cipla e a Interfibra, tornando-se os principais organizadores das mobilizações que viriam.

A partir deste momento a situação da Cipla ganha repercussão municipal e ocorrem atos de solidariedade pela cidade de Joinville, pressões sobre a câmara de vereadores e sobre o sindicato, onde se somarão os trabalhadores da Interfibra que se encontravam nas mesmas condições. Além disso, entidades de direitos humanos, de estudantes universitários e secundaristas, sindicatos da região, associações de bairros passaram a apoiar e compor as mobilizações dos trabalhadores.

Após um mês de ensaios, no final de outubro os trabalhadores passam a agir mais incisivamente. Cerca de 300 trabalhadores da Cipla e da Interfibra realizaram no auditório do Sindicato dos Plásticos uma assembleia histórica onde decidiram iniciar uma greve, se posicionando contrariamente a diretoria sindical, que através de seu advogado declarou considerar a greve ilegal e passível de demissões por justa causa. Apesar desta postura, o sindicato declarou que acataria a decisão da assembleia.

Organizou-se então uma delegação com aproximadamente 90 trabalhadores que seguiram para o último comício de Lula no segundo turno da campanha presidencial daquele ano, ocorrido em Florianópolis. De acordo com Verago (2011), entregaram a ele uma carta com muitas assinaturas, a qual explicava a situação em que se encontravam os trabalhadores da Cipla e da Interfibra, além de reivindicar, caso ele fosse eleito, que se comprometesse com a manutenção de seus empregos e direitos.

No final de outubro, parte dos trabalhadores da comitiva decide não entrar para o trabalho e inicia um piquete para convocar uma assembleia na fábrica. Esta assembleia, que teve ampla participação dos trabalhadores, decidiu por iniciar

uma greve com acampamento. No dia seguinte, a Interfibra repetiu o que ocorrera na Cipla. As greves duraram oito dias, com a reivindicação de cerca 1.000 trabalhadores pelo pagamento dos salários atrasados, depósito nas contas de FGTS e outros direitos trabalhistas.

Os trabalhadores da Cipla relataram que no chão de fábrica a adesão foi praticamente total, sendo que apenas 20 funcionários administrativos permaneceram trabalhando. Na Interfibra, os funcionários com maior salário sequer compareciam. Os grevistas e apoiadores acamparam diante das fábricas e pediam contribuições à população para se manterem ali até que o impasse fosse solucionado. Os operários passaram a ser ameaçados de demissão pelo empresário Luis Batschauer por telefone, resistiam às ações policiais e de seguranças privados contratados pelos empresários.

Após oito dias de greve e diversas tentativas para desarticulá-la, os representantes da empresa aceitaram realizar uma reunião com o comitê de greve e o Sindicato dos Plásticos, intermediada por representantes do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho. Nesta, os empresários admitiram ser impossível sanar de forma integral e imediata as dívidas trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Após quatro dias de negociações foi acordado que o comando administrativo operacional da Cipla e da Intefibra passaria para as mãos dos trabalhadores.

A primeira reunião do sindicato apresentou as cinco reivindicações dos trabalhadores da Cipla, sendo (1) o pagamento imediato de todos os salários em atraso; (2) previsão de pagamento de férias e 13º salários; (3) previsão de depósitos do FGTS em atraso; (4) afastamento de Luís Batschauer e Anselmo Batschauer do comando administrativo da empresa e entrega da administração aos trabalhadores e (5) que a assunção de todo o atual passivo fosse dos administradores apontados.

Os empresários ofereceram uma contraproposta parcial e relativa aos salários e direitos. Foi solicitada a permissão para entrada dos funcionários responsáveis pela linha de produção das peças fornecidas às montadoras Volva e Mercedes Benz que pressionavam a Cipla, já que dependiam dos componentes

por ela fabricados para finalizarem seus veículos. Entretanto, a greve e as negociações prosseguiram.

Os empresários decidem então aceitar a proposta do sindicato e da Delegacia Regional do Trabalho em relação à transferência do controle acionário da Cipla para os trabalhadores e 50% do controle acionário da Interfibra, mediante o fim da greve.

Foram realizadas outras duas reuniões de negociações e após mais uma assembleia na Cipla, os trabalhadores decidiram aceitar a proposta de transferência do controle acionário, que foi firmado na terceira reunião num Acordo Coletivo de Trabalho entre a empresa e o sindicato. Houve uma quarta reunião para firmar um contrato semelhante para a Interfibra, mas com a transferência de 100% do controle acionário aos seus funcionários, embora inicialmente tenham proposto apenas 50%.

A partir destes acordos, os trabalhadores das fábricas ocuparam as fábricas no dia 1 de novembro de 2002, retomando a produção e assumindo o controle das empresas ainda sem respaldo legal para além do acordo firmado junto a Delegacia Regional do Trabalho. O proprietário Luis Batschauer ignorou o acordo firmado por ele mesmo e insistiu em retornar a empresa cotidianamente, ficando à espreita em sua sala.

Neste mês, os trabalhadores e seu então advogado Francisco Lessa pressionaram o proprietário das fábricas a assinar uma procuração judicial que passava a administração das empresas aos trabalhadores. No final de novembro ele finalmente assinou uma procuração temporária e meses depois foi expulso e proibido de retornar à empresa. Ao mesmo tempo, os trabalhadores se organizaram em comissões de transição para encaminhar decisões de assembleia e passaram a considerar as empresas como fábricas ocupadas ou empresas sob o controle dos trabalhadores.

Com seis meses de ocupação, os trabalhadores da Flaskô se espelham na experiência da Cipla e da Interfibra, assumindo o controle da fábrica em junho de 2003, com a ajuda das lideranças das empresas catarinenses.

De acordo com Pedro Santinho, coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô, entre os motivos que levaram à ocupação e tomada do controle estavam:

[...] os trabalhadores amargavam três meses sem salários e ficaram sabendo da experiência da Cipla e da Interfibra. As três empresas faziam parte do mesmo grupo de patrões. Uma reunião foi marcada no sindicato da categoria e lá os operários tomam conhecimento e decidem participar com uma delegação na Marcha a Brasília que os trabalhadores da Cipla estavam organizando. A fábrica já não estava produzindo, mas o trabalhadores continuavam presentes para que não fechasse e com apoiadores começam a fazer uma vigília. Na volta da marcha, uma caravana vai até a Flaskô e numa assembleia discutem que a única saída é ocupar, resistir e produzir! Por unanimidade os cerca de 60 trabalhadores decidem ocupar e ali mesmo elegem uma comissão de fábrica com 6 trabalhadores e um representante do sindicato.

Com a ocupação da fábrica e a retomada da produção pelos trabalhadores, é encaminhado um comunicado ao proprietário, notificando que estão no controle da empresa e solicitando procuração judicial para administrá-la, similar à concedida aos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, para assim evitar problemas futuros.

Os proprietários nunca responderam ao comunicado e a situação seguiu sem amparo legal. A Flaskô se manteve conectada às fábricas ocupadas de Joinville, com apoio mútuo em relação à manutenção da fábrica sob o controle dos trabalhadores e da reivindicação da estatização das fábricas.

Em outubro de 2003 os operários da Flaskô vão à Joinville para se reunir com os operários da Cipla e Interfibra, na primeira Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril. O operador de máquina da Flaskô, conhecido como Carlão, deu seu depoimento sobre os sentimentos mobilizados pelos trabalhadores:

[...] o dono aleijou a fábrica, fez dela como um ferro velho [...] pegava o dinheiro e não nos pagava. [...] Nessa luta que aconteceu na Cipla e Interfibra, nos ajudaram [...] hoje nós estamos tocando essa firma. Nós ocupamos a fábrica. Nós não queremos ficar ricos. Nós queremos emprego. Muitos companheiros estão na luta desempregados, muitas firmas em Sumaré estão fechadas [...] É a coisa mais triste [...] O que nosso filho vai comer em casa? [...] nós fomos à luta e hoje nós estamos conseguindo. E é difícil. [...] Como um filho nosso vai trabalhar em firma fechada? Não tem jeito. Então toda firma que

está para fechar a porta, tem que ir com a gente na luta, ocupar a fábrica. (NASCIMENTO, 2004, p. 112-113, grifo de VERAGO, 2011).

4. O CASO DA FLASKÔ E SEUS DESDOBRAMENTOS

4.1. A fábrica ocupada

Neste item será apresentada a fábrica Flaskô, localizada no município de Sumaré, no interior do estado de São Paulo, e como a mesma se configura desde a sua ocupação em 2003.

Localizada no Parque Bandeirantes, na Área Cura de Sumaré, a fábrica Flaskô foi fundada em 1977 e contava com cerca de 600 funcionários até 1996. Instalada em um terreno de 140.000 m², lá são produzidas bombonas plásticas de 20, 50, 100 e 200 litros para uso industrial. Enquanto estava sob controle dos irmãos Batschauer, os trabalhadores sofriam com o atraso de salários, assim como nas fábricas em Joinville, em Santa Catarina (MUSTO, 2012).



Figura 1: Interior da fábrica Flaskô com máquinas recuperadas pelos trabalhadores. Fonte: Flaskô: a luta de uma fábrica sob controle operário há dez anos. Livro de fotos. MARTINS, Fernando. 2013.

De acordo com o *Guia de Visita à Fábrica Ocupada Flaskô* (2015), diante do descaso dos empresários da Corporação HB para com as fábricas as quais eles administravam, como o não recolhimento de impostos e a tentativa de reestruturar o setor produtivo a partir de férias coletivas, demissões em massa, fusão entre empresas, parcelamento do pagamento de salários, dispensa de aposentados, venda de maquinários, dentre outras medidas, os trabalhadores das empresas do grupo deram início a greves e paralisações que culminaram nas ocupações da Cipla, Interfibra e Flaskô.

A Flaskô se organiza a partir de assembleias gerais mensais, que elegem o conselho de fábrica e tem poder para revogá-lo. Este, por sua vez, se reúne semanalmente e é eleito anualmente. O conselho é constituído por representantes de cada setor da fábrica.

Os trabalhadores da Flaskô possuem vínculo empregatício e tem direitos iguais, garantidos pela CLT. Entretanto, há diferenciação entre os salários conforme a função relacionada à produção. Eles se organizam na Associação Hermelindo Miquelace, que tem autorização para administrar a empresa Flaskô.

Em relação à jornada semanal de trabalho, os operários trabalham em um regime de 30 horas semanais, durante 6 horas por dia. A fábrica funciona durante 5 dias da semana, tendo início à 00h de segunda-feira e encerrando o expediente na sexta-feira às 18h. Os turnos estão divididos em três: o primeiro das 06h às 12h, o segundo das 12h às 18h e o último das 00h às 06h.



Figura 2: trabalhadores produzindo no turno da madrugada. Fonte: Flaskô: a luta de uma fábrica sob controle operário há dez anos. Livro de fotos. MARTINS, Fernando. 2013.

Quando há alguma demanda específica, como por exemplo quando uma máquina quebra ao longo da semana ou falta matéria-prima, é organizado um quarto turno, que vai das 18h às 00h, assim como eventualmente o trabalho de alguns operadores pode ser organizado aos sábados.

A gestão operária confere liberdade aos trabalhadores, já que sem patrão, a fábrica é administrada por todos, cabendo a cada um uma função exata a se cumprir. Há liberdade para circular pelos diversos setores da fábrica, conversar e discutir acerca das decisões tomadas, além de ser possível aprender sobre as atividades que antes estavam restritas aos gerentes e supervisores dos patrões.

A dinâmica da fábrica autogestionada gerou mudanças relativas no funcionamento da produção, com melhorias que visam principalmente o trabalho de seus operários, com adaptações nunca pensadas pelos gestores patronais, como a diminuição dos espaços de produção, que facilita o deslocamento e a logística. Fatores esses que foram indispensáveis para que fosse aplicada uma grande conquista a partir de 2007: a redução da jornada de trabalho, de 44 horas para 30 horas semanais, sem a diminuição dos salários.

Essas mudanças impactaram o cotidiano dos trabalhadores, uma vez que com mais tempo fora do trabalho, esses puderam dedicar-se aos estudos, família, formação política e atuação em suas comunidades, aumentando assim suas qualidades de vida e rompendo com a lógica de alienação.

Sob o controle dos trabalhadores, a fábrica trouxe benefícios no que diz respeito à saúde dos trabalhadores, aplicando ginástica aboral, distribuição de frutas durante a jornada de trabalho, palestras e exames médicos. Com a ocupação, o centro da dinâmica da fábrica passou a concentrar-se no trabalhador e não no lucro gerado pelo seu trabalho.

A fábrica junto ao MFO, levanta a bandeira pela estatização sob controle operário. A reivindicação presume que o estado deve assumir a fábrica e os trabalhadores assumirem a gestão, de maneira auto-organizada, como demonstra os 16 anos de ocupação da Flaskô.

Os trabalhadores acreditam que a Flaskô deve ser pública e que os trabalhadores não devem ser transformados em patrões. Eles desejam apenas defender seus postos de trabalho e garantir a organização horizontal e justa da produção e da administração da fábrica. O respaldo se dá pelo sucateamento da fábrica pelos seus antigos patrões, que sonegaram anos de impostos. Assim, é direito do Estado assumir o patrimônio e direito dos trabalhadores garantir sua gestão.

Em 2007, com o avanço do MFO e os avanços sociais trazidos pela gestão dos trabalhadores, as experiências de ocupação de fábrica sofrem com a burguesia brasileira organizada. O presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e da ABIPLAST (Associação Patronal da Indústria de Plástico) escrevem notas de repúdio à parceria firmada entre o movimento e o governo venezuelano de Hugo Chávez para que houvesse cooperação técnica e material entre os interessados.

Sob a justificativa do não pagamento de dívidas patronais ao INSS, no final de maio de 2007 é decretada intervenção judicial na Cipla, que irá ressonar nas outras fábricas ocupadas. A decisão judicial ocorre em segredo, enquanto reúnem forças policiais que empossam o interventor e destitua o Conselho de Fábrica através de um golpe.

Aproximadamente 150 homens fortemente armados da Polícia Federal e da Polícia Militar de Santa Catarina chegaram em carros de combate na Cipla, impedindo a entrada dos trabalhadores ligados ao Conselho de Fábrica. Os eleitos em assembleia e lideranças do chão de fábrica foram destituídos e foi colocado um interventor no lugar. Os empresários conseguiram o que queriam, sob a conivência do governo Lula.

O interventor tinha como missão “reestruturar” a Cipla, a fim de fazê-la pagar pelo débito deixado ao INSS desde 1998. Entretanto, anos se passaram e até o presente momento os cofres públicos não receberam nada e não receberão, já que a intervenção foi de cunho político e não técnico. O ataque esteve desde o início voltado à retirada das conquistas da gestão operária. Na primeira semana, a jornada de trabalho retornou às 44 horas semanais, a segurança foi terceirizada,

não havia liberdade para reuniões e mais de 700 trabalhadores foram demitidos, sem sequer receberem indenização.

Com essa intervenção, os trabalhadores da Flaskô se mobilizaram e conseguiram expulsar o interventor, que reclamava também pelo controle operário da fábrica paulista. Consequentemente, suspeita-se que através de um pedido do interventor, a CPFL (companhia de fornecimento de energia elétrica em Campinas e região) desligou o fornecimento de energia da fábrica, forçando a interrupção da produção por 42 dias, que tiveram como desdobramento um prejuízo imenso em um momento em que a fábrica contava com 100 funcionários e estava prestes a atingir seu equilíbrio financeiro. Após esta disputa, os trabalhadores da Flaskô reverteram a situação, retomando o funcionamento da fábrica com menos funcionários, mas com muito trabalho para que se alcançasse o patamar anterior.

A produção não foi retomada facilmente e manter a fábrica funcionando por todos esses anos para garantir empregos e salários é extremamente complexo. A fábrica encontra-se completamente endividada desde quando seus patrões a abandonou e não há a menor possibilidade de crédito. O parque fabril está penhorado pela justiça por conta das dívidas herdadas. Cerca de 80% destas são com órgãos públicos, feitas através da sonegação de impostos e tributos. O restante é cobrado por empresas que comercializavam com a fábrica e por ex-trabalhadores que saíram sem receber as devidas indenizações. Há também dívidas com a CPFL e todo mês é uma luta para conseguirem pagar as contas.

Os trabalhadores não deveriam ser responsabilizados pelas dívidas herdadas, já que eles também tiveram seus direitos sonegados e lutam há 16 anos para recuperá-los. Entretanto, os mesmos foram culpabilizados judicialmente por todos os problemas da fábrica.

São inúmeros os processos abertos contra os trabalhadores, o que revela a natureza das leis que regem o país, já que os trabalhadores solicitam uma autorização legal para gerir a empresa em nome do Conselho de Fábrica ou de uma Associação de Trabalhadores, mas o pedido é sempre negado. Entretanto, as ações contra a fábrica correm há anos e os representantes dos operários são procurados para que aceitem a retirada de máquinas ou a penhora de faturamento

da empresa. Há ainda ações e leilões marcados pela justiça em meio à gestão operária, cuja eficiência na fiscalização nunca havia sido mostrada quando os patrões controlavam a Flaskô.

Ao longo destes anos, a luta que teve início pela garantia dos postos de trabalho e o funcionamento da produção em busca da estatização sob controle operário transformou-se ao se somar a outras lutas.

Em 2005, o terreno ocioso no entorno da fábrica foi ocupado para atender às demandas de moradia àqueles que eram sem teto na cidade. A ocupação foi organizada com o consentimento dos trabalhadores da fábrica e criou-se uma Vila Operária e Popular. Desde então, a luta da Flaskô passou a ser também pela regularização dessas moradias.

A partir de 2009, com a criação da Fábrica de Cultura e Esportes, utilizando espaços ociosos da fábrica, com o intuito de trazer diversas atividades culturais, de educação e formação e com a ideia de garantir o caráter social amplo da fábrica, a luta dos trabalhadores somou-se à luta pela garantia da cultura, do esporte e do lazer na região, historicamente carente dessas iniciativas.

A luta da Fábrica Ocupada Flaskô se estabeleceu neste tripé de atuação, buscando a inserção efetiva na comunidade a qual pertence e buscando a transformação da sociedade.

Nesses 16 anos de ocupação, a gestão operária manteve fortes laços com movimentos sociais da região de Campinas. Logo nos primeiros anos, a luta por terra, trabalho e moradia movimentaram as pautas políticas da fábrica, ampliando seu leque de atuação na luta dos trabalhadores.

É possível citar lutas junto ao MST em Limeira, no Acampamento Elizabeth Teixeira, e em Americana, no Assentamento Milton Santos; junto ao MTST no Zumbi dos Palmares, em Sumaré e Dandara, em Hortolândia; junto ao MTD na Ocupação Joana D'Arc, em Campinas, além de diversas outras ocupações, como Pinheirinho, em São José dos Campos e Vila Soma, em Sumaré.

Além de apoiar outros movimentos sociais, os trabalhadores da Flaskô acreditam ser fundamental a presença em fábricas que estão em greve ou correm

o risco de serem fechadas, já que estas apresentam situações, que com o consentimento de seus trabalhadores, podem ser ocupadas.

Pelo fato da Flaskô possuir uma estrutura estabelecida, com espaços para reuniões, alojamento e alimentação, ao longo dos anos muitos encontros com caráter estudantil ou de juventude aconteceram na fábrica, que se mantém aberta para esse tipo de iniciativa de formação e debate.

Em relação ao meio ambiente, a fábrica também tem adotado algumas medidas, já que praticamente toda produção é feita a partir de material reciclado. A fábrica tem tido iniciativas em relação à reciclagem de materiais em sua planta. Desde 2014, foi firmada uma parceria junto ao MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Resíduo Sólido) para pensar junto aos catadores organizados a verticalização da cadeia produtiva do plástico, considerando o recolhimento, a triagem e o processamento do material por parte das cooperativas de catadores, bem como a utilização do mesmo por parte da fábrica. Tal iniciativa dinamiza essa cadeia, que conta com diversos intermediários que dificultam a vida tanto dos catadores quanto dos que utilizam o material.

Nessa perspectiva, instalou-se em um barracão ocioso da fábrica a Cooperativa de Catadores Planeta Terra, que busca junto à prefeitura municipal da cidade sua legitimação em parceria com a Flaskô.

Além de atuar conjuntamente a outros movimentos sociais, a Flaskô sempre tentou manter relações com as diversas experiências de trabalhadores no que tange a ocupação de fábricas ou recuperação fabril sob administração destes. Centrada na pauta da estatização sob controle operário, ao longo destes anos, os trabalhadores da fábrica estiveram presentes em diversos espaços discutindo com demais companheiros das ERTs brasileiras as demandas essenciais para que essas experiências avançassem no cenário nacional.

Os trabalhadores contam ainda com grande apoio e solidariedade de diversas empresas autogeridas pelos trabalhadores na América Latina, recebendo visitas e visitando, além de participarem de encontros na Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, dentre outros países latino-americanos, mostrando que a luta é internacional e que a classe trabalhadora deve estar unida.

Recentemente foi lançada pela Secretaria Geral da União uma portaria referente à criação de um Grupo de Trabalho Interministerial que visava resolver questões relativas à Flaskô. A partir de 2014 os trabalhadores da fábrica começaram a se reorganizar para pensar juntos os próximos passos de sua luta.

A ideia de um complexo sob controle dos trabalhadores está diretamente ligada à história da Flaskô, da luta de seus trabalhadores pela defesa do emprego, dos direitos, do parque fabril, e para além disso, de sua união com o conjunto dos movimentos sociais por controlarem de maneira planejada o conjunto da economia a serviço do interesse da classe trabalhadora, que representa o futuro da humanidade, se contrapondo à exploração do trabalho e do lucro, fruto da propriedade privada e sua exploração capitalista.

Diante disso, os trabalhadores iniciaram um planejamento real e concreto no qual estivessem efetivamente construindo em conjunto com os movimentos sociais e organizações dos trabalhadores da região o projeto em pé de igualdade. A proposta visa construir na área onde está localizada a fábrica um complexo produtivo, envolvendo o conjunto da cadeia produtiva da reciclagem, passando por um centro de formação, uma escola técnica em reciclagem e plástico, um centro de cultura e esportes, um restaurante comunitário e uma horta comunitária. Dessa maneira, os trabalhadores passariam a controlar coletiva e democraticamente a produção material da vida, ou seja, controlariam e teriam em suas mãos a coleta seletiva dos materiais recicláveis, sua triagem, sua reciclagem, sua transformação em produto novamente, passando pela reprodução da vida, com escola, cultura e lazer, fechando assim o ciclo da cadeia produtiva.

O desejo dos trabalhadores da fábrica seria a construção de uma grande rede que englobasse todo este complexo produtivo. Atualmente, o projeto tem tido continuidade, com recursos próprios e sem incentivos externos, garantindo assim o controle operário na fábrica.

4.2. O surgimento de uma Vila Operária e Popular

Neste item serão abordadas brevemente questões referentes à crise de moradia na região da fábrica, que teve importantes desdobramentos na consolidação de uma comunidade local no “quintal” da Flaskô. Fruto da luta da população local pelo direito a moradia, a Vila Operária e Popular nasce no entorno da fábrica ocupada, localizada no bairro Bandeirantes, próximo à divisa com o município de Hortolândia.

A cidade, que faz parte da Região Metropolitana de Campinas (RMC), se desenvolveu a partir do processo de industrialização às margens da Rodovia Anhanguera. Sumaré (SP) se consolidou como uma reserva habitacional para a mão-de-obra de Campinas que não conseguia morar onde trabalhava por conta dos altos custos (CAMARGO, 2015, p. 35).

De acordo com estudo realizado pelo DEMACAMP, encomendado pela Prefeitura Municipal de Sumaré em 2010,

[...] historicamente, a urbanização de Sumaré e dos municípios vizinhos, vincula-se ao processo de crescimento econômico impulsionado pela agricultura do café no interior do estado de São Paulo, mais especificamente à implantação da ferrovia Paulista que, a partir de 1875, integrou Jundiaí, Campinas e Rio Claro. Em torno da antiga estação Rebouças (depois renomeada Sumaré) será implantado o núcleo urbano que deu origem ao que mais tarde será o município de Sumaré.

Segundo o próprio Plano Diretor (2006) do município, “a falta de infraestrutura aliada à grande oferta de terrenos propiciou a venda de lotes a preços baixos, atraindo uma população de baixa renda e sem qualificação, trazendo como consequências graves problemas urbanos e sociais que permanecem até os dias atuais.”

A coordenação do Movimento de Luta pela Moradia do Vale Bandeirantes afirmou que a crise habitacional promovida pelo poder público é a causa da ocupação. A cidade tinha uma importância comercial bastante relevante na década de 1980, apresentando 21% do valor agregado fabril da RMC.

Os dados do estudo realizado pelo DEMACAMP revelam que durante o desenvolvimento da Flaskô, sobretudo na década de 80, Sumaré se configurava

como a segunda potência industrial da RMC, tendo hoje uma participação menos expressiva.

De acordo com os relatos dos trabalhadores da fábrica, a Flaskô surgiu em um momento de crescimento econômico da região e impulsionou o desenvolvimento local. Entretanto, os próprios dados do estudo do DEMACAMP comprovam que houve uma posterior decadência em parte do parque fabril da região.

Negreiros (2002) ao concluir o diagnóstico encomendado pela Prefeitura Municipal de Sumaré para subsidiar a elaboração do Plano Diretor afirma que “no caso de Sumaré, destaca-se a presença de uma população de mais baixa renda, com características de periferia regional, ainda que apresente participação na indústria da região.”

A composição social da população da cidade ainda é majoritariamente de trabalhadores pobres. Os dados do censo do IBGE do ano 2000 indicam que a taxa de desemprego no município era de 17,5%, enquanto a média da RMC era de 14,9%. Outros municípios com taxas maiores que a média eram Hortolândia (19,6%), Cosmópolis (20%) e Monte Mor (20,6%) (CAMARGO, 2015).

Alguns fatores geográficos devem ser considerados sobre o município, que possui uma área de 15.311 hectares e ocupa a nona posição da região em termos de tamanho. Congrega os municípios de Campinas, Itatiba de um lado e Hortolândia de outro. Em termos de área urbanizada, ocupa a sexta posição no ranking da RMC, apresentando 27,7% de urbanização.

Outro importante fator para a análise se centra no crescimento da população local, que apresentou um ritmo acelerado, saltando de 100.598 habitantes para 235.412 em um período inferior a 40 anos. Além disso, uma característica da cidade de acordo com o censo de 2000, levantamento mais próximo da época da ocupação, a população total era de 196.099 habitantes, sendo que apenas 2.777 residiam na área rural, ou seja, 95% da população habitava menos de 30% de todo seu território, o que resulta numa crise bastante acentuada em relação a moradia.

Esses fatores explicam a importância das reivindicações da população local pelo direito a moradia, e nesse sentido, a história da ocupação do terreno que deu origem à Vila Operária e Popular somente pode ser contada a partir da ocupação que tirou das mãos dos proprietários legais o controle sobre a fábrica Flaskô e consequentemente sobre o terreno.

Após a ocupação da fábrica, muitos comentários pelo bairro mostravam que havia um sentimento bastante disseminado de que o terreno no entorno da Flaskô poderia ser ocupado para fins de moradia. Os rumores diziam que havia algo sendo organizado (CAMARGO, 2015, p. 57).

A ocupação só seria possível com a participação do MFO ou até mesmo sob a direção deste, já que a Associação dos Moradores do Vale Bandeirantes era inexpressivo politicamente no que tange a lutas populares ou outras mobilizações políticas.

Em 2005, os trabalhadores da Flaskô voltam suas atenções a problemas municipais. Em um informativo interno da fábrica, o boletim *Chão de Fábrica*, há um artigo que cita um problema de fornecimento de água potável na periferia da cidade. A Flaskô fornecia água gratuita em torneiras na frente da portaria, já que há um poço artesiano em suas instalações. Apesar de ajudar os moradores do bairro, isso não resolvia o problema local.

O coordenador dos Conselhos das Fábricas Ocupadas, Serge Goulart, convocou uma reunião para o dia 1 de fevereiro de 2005 para discutirem conjuntamente a situação política, realizarem um balanço político dos últimos eventos do ano anterior e traçarem metas para o ano que começava.

Os boatos sobre uma ocupação do terreno se espalhavam no chão de fábrica, mas nunca havia ocorrido nenhuma tentativa. Portanto, era difícil prever que um evento inesperado tomaria conta da pauta política do movimento dos trabalhadores da Flaskô apenas 11 dias depois (CAMARGO, 2015).

Na madrugada do dia 11 para o dia 12 de fevereiro de 2005 ocorreu a primeira ocupação no local, de acordo com trabalhadores da fábrica. Porém, na própria madrugada houve ação da PM com viaturas e grande contingente para expulsar os ocupantes. Segundo relato, a PM foi chamada pelos vigias do turno da

noite da Flaskô e logo em seguida ligaram para Pedro Santinho, o coordenador do Conselho de Fábrica.

Pedro morava na região central de Campinas e não tinha carro, portanto foi necessário que um dos vigias da fábrica o buscasse com a kombi da Flaskô. Ao chegar na ocupação, procurou aqueles que se apresentavam como líderes. Entre eles, destaca-se “Carlão”, até pouco tempo atrás morador da Vila. Um convite para discutir as intenções da ocupação no dia seguinte sinalizou a abertura da Flaskô ao diálogo com a população, apesar da dúvida sobre se de fato se tratava de um movimento popular de luta por moradia ou um golpe de oportunistas para o roubo das terras da fábrica.

A reunião teve importantes desdobramentos após intensos debates internos, definindo que a única condição a ser apresentada aos ocupantes do terreno era de que uma ocupação só seria permitida se incluísse o Conselho de Fábrica e os trabalhadores da Flaskô em sua direção. À priori, esta condição foi mal recebida pela comissão de ocupantes, mas a desconfiança por parte dos operários era cabível, pois não faria sentido abrir a possibilidade de perderem as terras da fábrica após tanta luta.

De qualquer maneira, a mobilização organizada pela comissão de ocupantes junto ao Conselho de Fábrica, bem como aos trabalhadores da Flaskô, renderam frutos, após muitos embates com a PM e debates com os ocupantes, como a consolidação de uma comunidade local no entorno da fábrica ocupada. Com a Vila Operária e Popular instalada no local a população passou a ser oportunizada com eventos culturais, esportivos e educacionais.

Atualmente há uma importante movimentação no que diz respeito a eventos como saraus, campeonatos esportivos, confraternizações como a famosa Feijoada de aniversário da fábrica ocupada Flaskô e recentemente teve início um curso popular preparatório para vestibular, o qual os moradores tem acesso gratuito.

4.3. A negligência dos governos petistas

Neste item será realizada uma breve análise acerca das políticas neoliberais iniciadas na década de 1990 com o presidente Fernando Collor, aprofundadas sob FHC e que tiveram continuidade durante os governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores, que nunca cumpriram com as promessas para com o movimento das fábricas ocupadas.

Remontando a história, em 2011 tomou posse a presidente Dilma Rousseff, encerrando o ciclo de mandatos do presidente Lula. Foram 8 anos de promessas não cumpridas que mantiveram a insegurança dos trabalhadores da Flakô (CAMARGO, 2015).

Esperava-se que Dilma cumprisse o que fora combinado, já que esta foi a candidata escolhida por Lula para dar continuidade ao governo petista. Entretanto, sua eleição, repleta de contradições, deu início a uma nova fase do próprio partido. Tendo em vista que foi uma militante que combateu a ditadura na luta armada, na guerrilha, enquanto os melhores quadros do movimento operário construía um movimento de massas, Dilma representava um perfil de gerência, bastante divergente do perfil do militante da base petista. Conforme apontado por Camargo (2015), elegemos uma petista de ocasião, oriunda do PDT, que representava as ambições do PT governista, que governava para os patrões, ao contrário do PT das massas que lutava por suas reivindicações.

Desse modo, as bases sociais do governo do PT se desfaziam sob os pés de seus dirigentes. As bandeiras socialistas foram abandonadas por parte de seus líderes, rendendo a destruição gradativa da CUT, o afastamento do MST e de outros movimentos populares no campo e na cidade (CAMARGO, 2015, p. 152).

Em linhas gerais, desde o governo Lula houve aliança e conivência com a burguesia, mas foi no governo Dilma que as massas passaram a ser mais negligenciadas. Não à toa, a presidente viria a sofrer um processo de impeachment histórico, já que apesar de tentar agradar a classe burguesa, não teve ampla aceitação da mesma devido suas contradições, instabilidades e fragilidades relativas à governabilidade.

Mais uma vez, a Flaskô foi invisibilizada pelo governo federal, sob a justificativa de que as reivindicações da fábrica ocupada não cabiam na agenda petista. Apesar disso, a luta não se dava apenas nessa instância. A fábrica precisou enfrentar seus problemas a nível municipal. Com a campanha pela Declaração de Interesse Social, assumia cada vez mais este combate contra a prefeitura. Esta, por sua vez, também do PT, seguia a mesma linha de traição de suas bandeiras históricas.

Em março de 2011, os trabalhadores da fábrica ocupada, junto a população local, transformaram uma Audiência Pública na Câmara Municipal numa manifestação política que superlotou o plenário a fim de pressionar os parlamentares, conforme relato publicado no site *Defender a Flaskô*:

“A audiência pública é uma atividade formal, com publicação de seus atos no Diário Oficial, sendo convocada e presidida pelo vereador Dito Lustosa, do PCdoB, atual presidente da Câmara. Infelizmente o Prefeito Bacchim não compareceu. Estiveram presentes em nome da Prefeitura o Chefe de Gabinete Paulo Zeraik, o presidente do DAE (Departamento de Água e Esgoto) Luiz Eduardo, o Secretário da Habitação Jesuel Pereira. Dentre os vereadores, além do presidente da casa, estiveram presentes o vereador Nivaldo Siqueira (PCdoB), José Tavares Siqueira (PPS), Geraldo Medeiros (PT), Toninho da Farmácia (PSDB). Representando o Movimento pela Campanha de Declaração de Interesse Social, estiveram presentes na mesa Alexandre Mandl (advogado), Pedro Santinho (coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô) e Alessandro Rodrigues (vice-presidente da Associação dos Moradores da Vila Operária). A audiência pública teve início com o filme da Campanha, realizado pelo trabalhador da Flaskô, Fernando Martins. O filme mostra os fundamentos da campanha, apresentando todo o papel social do espaço, explicando as relações de trabalho, as atividades culturais e esportivas, e o direito à moradia. Após o filme, uma grande salva de palmas foi feita por todos os presentes, iniciando com grande entusiasmo e emoção esta grande atividade. [...] O advogado Alexandre Mandl foi o primeiro a fazer uso da palavra, e fez uma intervenção introdutória, fazendo um breve histórico das lutas envolvidas na campanha, e uma retrospectiva desde o dia 10 de fevereiro de 2010, quando foi realizado o primeiro ato público, com a entrega da proposta de projeto de decreto ao Prefeito. Alexandre explicou os fundamentos jurídicos da reivindicação, expondo que se trata apenas de uma decisão política do Prefeito. Da mesma forma, o advogado explicou que junto com a proposta do decreto, há desdobramentos, como por exemplo a transformação da área, ou parcela da propriedade, em AEIS

(Área especial de interesse social), nos termos dispostos pelo plano diretor municipal, explicando que isto se dá pela aprovação de um projeto de lei pela Câmara, que pode ter iniciativa popular, do executivo ou de qualquer vereador. Explicitando que se trata de uma questão política e não jurídica, encerrou sua fala sob fortes aplausos entusiasmados. Pedro Santinho em seguida reafirmou a pertinência política e jurídica da campanha, cobrando que a Prefeitura se posicione, pois a população não pode mais esperar. Ressaltou que não há qualquer empecilho para o Prefeito efetivar a referida declaração. O plenário vibrou com a firmeza do camarada Pedro, que uma vez mais explicita o significado histórico da luta do Movimento das Fábricas Ocupadas por uma sociedade livre, justa e fraterna. [...] Alessandro Rodrigues, com uma intervenção bastante emocionada, explicou a necessidade da aprovação das reivindicações como forma de garantir acesso à água, esgoto, e outras obrigações da Prefeitura com o cidadão de Sumaré, assim como para regularizar a situação de insegurança dos moradores, que ainda temem o despejo. Aplaudidíssimo, foi ovacionado pelo plenário por explicitar que a vida dos moradores não é fácil, e que os vereadores e prefeito foram eleitos para resolver problemas, e que são difíceis, mas que não podemos mais esperar. [...] O momento seguinte foi realizado pela Prefeitura, representada pelo Secretário de Habitação, Jesuel Pereira. Foi dito que há quase 8 anos a Prefeitura acompanha a luta da Flaskô, e depois, desde o princípio da ocupação de Moradia da Vila Operária, há 6 anos, que a Prefeitura tem buscado atender com os compromissos sociais devidos. Explicou que a prefeitura, no período recente, tem realizado amplo trabalho no que concerne à Habitação Popular no Município. Esclareceu também que muitas benfeitorias já foram realizadas na Vila Operária e que devemos continuar lutando, reivindicando, pois as coisas são difíceis e que não é fácil para a Prefeitura atender tudo que se faz necessário. Narrou que o que mais avançou quanto às reivindicações foi a questão da água, onde as obras devem ter início em abril. Jesuel também abordou a reivindicação dos trabalhadores e moradores de forma teórica, dizendo que a regularização proposta é de tão somente quererem estabilidade, seja de emprego, seja de moradia; ou seja, a luta se trata de obter-se uma propriedade. Feitas estas considerações, que geraram certo constrangimento no plenário, explicou por fim a posição da Prefeitura. Afirmou que a posição da Prefeitura é de claro reconhecimento da função social da propriedade na atualidade, já que nesta área realiza-se uma produção sob gestão dos trabalhadores, uma ocupação com 564 famílias, um espaço onde se realizam atividades culturais e esportivas. Por isso, a Prefeitura reconhece o interesse social da área. Nesse sentido, poderia ser feita a referida declaração de interesse social. No entanto, esclareceu Jesuel, no entendimento da Procuradoria do Município, braço jurídico da

Prefeitura, não é possível realizar a mesma se não houve previsão orçamentária. Por conta disso, a Prefeitura não faria o decreto agora. Afirmou que a preocupação é com o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a Prefeitura não fará nada que não seja nos marcos constitucionais. Nesse sentido, a proposta da Prefeitura foi de montar um grupo de trabalho que dê continuidade aos atendimentos das reivindicações e que uma comissão deste grupo de trabalho vá à Brasília, buscando recursos, para aí sim, fazer o decreto da declaração de interesse social para fins de desapropriação. [...] Kleber Dib, da Associação Dib de Esportes, que realiza o projeto Fábrica de Cultura e Esportes, em parceria com a Flaskô, apresentou as atividades que lá ocorrem, explicando a pertinência da referida campanha. [...] Em seguida, o trabalhador da Flaskô Osvaldo, conhecido como Chaolin, enfatizou que se trata de uma decisão política e que só depende da vontade dos vereadores e do Prefeito. Explicou que a população pobre pe inteligente e que sabe quem realmente está ao seu lado. [...] Neusa, presidenta da Associação de Moradores da Vila Operária, foi objetiva: “Não me venham dizer para esperar 12-13 anos para regularizar! Não me venham dizer que tenho que seguir lutando! Eu sei lutar! Eu sei o que é viver embaixo de lona preta, sob chuva! Não vamos mais esperar! E sabemos, senhor Bacchim, que é uma decisão política. A questão é de orçamento, ora, por que há margem para isenções fiscais e para moradia não tem? Cabe à você regularizar nossa área. E sim, queremos a “estabilidade” de ter um endereço fixo, e qual o problema, Jesuel?” Neusa foi aplaudidíssima pelo plenário. [...] Alexandre, advogado da campanha, representando a Flaskô e a Vila Operária, fez as considerações finais e os encaminhamentos. [...] Explicou novamente como se dá processualmente a campanha, e com firmeza salientou que os vereadores poderiam fazer mais do que anunciavam. A competência legal do legislativo lhes outorga uma série de iniciativas que precisam ser feitas. Da mesma forma, tratou de novamente explicar que a previsão orçamentária para a declaração de interesse social somente se faz necessária no momento da desapropriação, ou seja, depois de dois anos do decreto de declaração de interesse social. Ou seja, rebateu o representante da prefeitura, Jesuel Pereira, reafirmando que se trata de uma decisão política, e não jurídica. Assim, explicou novamente, [...] que: a) a DAEIS (declaração como área especial de interesse social) pode ser feita por qualquer vereador, e como todos que se manifestaram se mostraram solidários, aguardaremos a apresentação do projeto de lei nas próximas emanas. b) a DIS (declaração de interesse social) é um decreto, ou seja, um ato unilateral do prefeito, e que deve ser feito de forma imediata, pois precede qualquer outro ponto. A declaração de interesse social é um instrumento que formaliza a intencionalidade de desapropriar uma área. Para efetivar esta desapropriação, a lei dá 2 anos para conseguir

previsão orçamentária. Para conseguir o orçamento, portanto, é necessário ter aprovado a DIS antes de se preocupar com o orçamento. E dinheiro é o que não falta para os programas de desapropriação, seja quanto à habitação, com todos os projetos do governo federal, via Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades (Minha Casa Minha Vida), seja para a fábrica de cultura e esporte, também por conta de todos os projetos existentes via Ministério da Cultura e Ministério de Esportes, seja também para a própria fábrica Flaskô em si, vi BNDES, como já foi adiantado bastante em Brasília. Mas, como explicamos, para que todos os passos sejam dados, primeiro, precisa ter este decreto aprovado. Desta forma, os encaminhamentos foram: a) apresentação nesta próxima semana de um novo relatório, novamente relatando o histórico e reivindicações, com seus fundamentos jurídicos e políticos, b) assim como, apresentação de dois projetos: um de decreto, de competência do Prefeito, para declarar a área da Flaskô como de interesse social para fins de desapropriação (DIS) e outro, um projeto de lei, de iniciativa do Prefeito ou de qualquer vereador, para transformar a referida área como AEIS, nos termos do plano diretor municipal; c) reunião no prazo de 15 dias com todos os representantes presentes para discussão deste relatório, dos projetos de lei e de decreto; d) que este grupo de trabalho reafirmado ontem (na verdade já há este GT desde 10 de fevereiro de 2010, reafirmado também na reunião com o prefeito em 16 de novembro de 2010) irá, conjuntamente, para Brasília, buscar verbas para a desapropriação (fato este já aprovado como encaminhamento em 16/11/2010, conforme ata assinada pelo próprio Prefeito. Mas até agora... [...]) O prazo novamente discutido é que tenhamos passos concretos em direção à estas conquistas até 12 de junho de 2011, quando a fábrica completa 8 anos de controle operário. Por fim, esclareceu, de forma enfática que os trabalhadores da Flaskô e da Vila Operária não tolerarão desrespeito e descaso por parte da Prefeitura, ouvindo respostas superficiais depois de anos de luta. Explicou que não aceitaremos que, depois de mais de um ano de campanha, nas ruas, com atos públicos, com reuniões, onde sempre explicamos todos os fundamentos da campanha, os encaminhamentos permaneçam os mesmos que já foram feitos há mais de um ano. Informou que é insuficiente ouvir que a prefeitura precisa de mais pedidos de tempos para estudar, buscar outros casos similares, etc.”

A Audiência Pública foi suficientemente representativa, contando com a participação dos trabalhadores da Flaskô e de moradores da Vila Operária e Popular que juntos pressionaram o poder pública para que as medidas necessárias fossem tomadas no que diz respeito à regularização da Vila Operária

e Popular, garantindo o direito à moradia e à infraestrutura para uma vida digna (CAMARGO, 2015).

Entretanto, o relato deixa explícito que até mesmo na esfera municipal, o Partido dos Trabalhadores, nesse contexto representado pela figura de Jesuel, não atua como o partido que historicamente esteve ao lado dos trabalhadores, ouvindo suas reivindicações e demandas, e dando a atenção necessária à elas. A conquista desta audiência é fruto da pressão dos trabalhadores e da população local frente às falas de um representante do PT que reproduz o discurso que tomou o partido nas últimas décadas.

O período entre abril e junho de 2011 foi de suma importância para a Flaskô, contando com diversas atividades de formação política. Em 16 de abril o movimento dos trabalhadores da Flaskô organizou e protagonizou a “I Festa da Comuna na Flaskô”, um evento para comemorar a data em que foi decretada a expropriação das fábricas durante a Comuna de Paris (CAMARGO, 2015).

No dia 7 de maio foi realizado o seminário “Direito para que(m)?”, que contou com a presença de Jorge Souto Maior e Marcus Orione, ambos professores juristas da Universidade de São Paulo (USP). A atividade reuniu aproximadamente 150 estudantes e dialogava com os estudos acadêmicos desenvolvidos por Alexandre Mandl, advogado da Flaskô.

Ainda em maio foi lançada a Revista nº 1 do Centro de Memória Operária e Popular (CEMOP). Essencialmente teórica, a revista tem por objetivo aproximar os pesquisadores do universo acadêmico do Movimento das Fábricas Ocupadas, reunindo e publicando semestralmente artigos, resenhas, entrevistas e recuperando a memória de documentos e textos importantes na história do movimento operário popular.

Prosseguindo com as intensas atividades do período, em 12 de junho, durante o ato de comemoração de 8 anos da Flaskô os trabalhadores receberam Esteban Volkov, neto de Leon Trotsky, que participou de uma atividade com aproximadamente 400 pessoas no Salão Vermelho, salão esse instalado no interior do terreno da fábrica.

Em julho, durante a 8ª edição da Caravana do Movimento das Fábricas Ocupadas à Brasília, uma Audiência Pública foi realizada no Senado Federal, contando com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy (PT/SP) e Paulo Paim (PT/RS). O projeto de lei relativo à expropriação da Flaskô foi apresentado junto ao projeto de lei para expropriar qualquer empresa abandonada pelos proprietários. Tratava-se de um salto qualitativo enorme para a nova ofensiva política pela estatização. Além disso, foi a primeira atividade de grande relevância sob o governo Dilma Roussef, direcionada ao Legislativo Federal, após o Conselho de Fábrica da Flaskô perceber que o Executivo Federal seguiria não cumprindo suas promessas e não atendendo quaisquer das medidas requeridas (CAMARGO, 2015, p. 157).

Essa importante atividade teve continuidade no âmbito municipal no dia 07 de outubro daquele mesmo ano, em uma mobilização que o movimento denominou de “Greve na cidade”. Esta contou com cerca de 300 manifestantes, dentre eles trabalhadores da Flaskô, moradores da Vila Operária e Popular, militantes do MTST e do MST, do movimento estudantil e outros apoiadores. Em relação ao histórico de manifestações na cidade de Sumaré/SP, este foi um ato público de proporção considerável.

O ato ecoou regionalmente e a campanha se expressou no ato “Desapropriação Já! Por terra, trabalho e moradia”, que ocorreu na Avenida Paulista, na capital do estado, organizado pela Flaskô, MST – Campinas, moradores da ocupação do Pinheirinho de São José dos Campos, e MTST. Este contou com aproximadamente 3.000 manifestantes de diferentes organizações, movimentos, sindicatos e partidos de esquerda. Ocorrido no dia 08 de dezembro, o ato culminou na ocupação do prédio público onde fica o escritório da Presidência da República, a fim de exigir uma reunião com o governo federal para reivindicar desapropriações de terras para reforma agrária, terrenos urbanos para moradia e da Flaskô.

Com a vitória do ato, o poder público e a burguesia tomou ciência do que acontecia, tendo sido registrado com fotos e mencionado pelos grandes meios de comunicação, à citar a Folha de São Paulo e o Estadão. Em termos práticos, isso

significou a conquista de uma reunião com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência, à época, Gilberto Carvalho. Na reunião marcada para o dia 19 de dezembro nada foi garantido concretamente pelo governo federal. Recusou-se a proposta de desapropriação por interesse social de diversos casos apresentados pela comissão de representantes dos movimentos. Nesse sentido, nada avançou sobre os pleitos do MTST, MST e da Flaskô.

Entretanto, o que é possível afirmar é que a unidade presente nestes atos refletia uma parceria há muito tempo consolidada nas lutas cotidianas. É perceptível como o MFO se expressa como um aglutinador e impulsionador de outros movimentos sociais que visam a garantia de melhorias para a população trabalhadora. Foram inúmeras ocupações do MST ou do MTST que contaram com o apoio ou mesmo com a colaboração na organização ou na ocupação propriamente dita, de trabalhadores da Flaskô.

Tal unidade de forças é imprescindível frente a um governo que cada vez mais beneficia a burguesia em detrimento da classe trabalhadora, que somente depois de muita insistência foi ouvida, mas sem nenhum resultado expressivo que pudessem esperar de um partido que em seu bojo tinha como centralidade os trabalhadores brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990, marcada pela abertura econômica, privatizações, instabilidades e crises, desemprego e precarização do trabalho, desencadeou uma série de respostas radicais no ambiente fabril brasileiro no início dos anos 2000. As organizações sindicais seguiram os caminhos de menor conflito, distanciando-se cada vez mais da perspectiva de resistência, enquanto trabalhadores se organizavam por conta própria para garantirem seus direitos e assegurarem seus empregos.

Um novo ciclo histórico foi iniciado no Brasil a partir de 2002, sobretudo com a derrota do candidato José Serra, do PSDB, dando lugar aos governos petistas que tinham como discurso o beneficiamento das camadas populares. Entretanto, já durante o primeiro mandato do presidente Lula, os trabalhadores organizados tiveram como resposta o não cumprimento de promessas relativas às lutas travadas.

A partir de 2003 há uma relativa melhora nas condições econômicas brasileiras e a situação política se estabiliza, na medida em que setores sindicais aprofundam sua tendência de conciliação com os setores capitalistas e com os governos. Assim, as experiências do MFO seguem na contramão das tendências gerais, com um cenário desfavorável.

Os trabalhadores demonstraram a capacidade de manter e ampliar seus postos, melhorando inclusive as condições de trabalho, com jornada reduzida, sem redução de salário e maior cuidado com a saúde através da implementação de ginásticas laborais e distribuição de frutas durante o expediente. Essas conquistas só foram possibilitadas através das lutas travadas contra o patronato, que sucateou empresas e tentou resolver a situação das crises internas com demissões em massa.

A resistência dos trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô reflete em centenas de processos judiciais que respondem até hoje, 16 anos depois do início da ocupação. Mas apesar das ameaças e da insegurança vivida, principalmente no período atual, continuam produzindo, mesmo que de maneira reduzida. A luta

dos trabalhadores da fábrica, conectada a outros movimentos sociais, teve como desdobramento a consolidação de um verdadeiro complexo comunitário, com atividades culturais, educativas e esportivas para a população local, já que atualmente o espaço da fábrica é também uma resposta à crise urbana de moradias na região de Sumaré.

Os trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô remontam a história de um movimento pela liberdade das classes dominadas, demonstrando o sucesso de uma autogestão de trabalhadores organizados e com um ideal comum: manter seus empregos para colocar comida na mesa de casa. Nesse sentido, é possível inferir que as trajetórias das experiências de controle operário representam um acervo de conhecimentos que podem ser úteis ao movimento operário latino-americano e outros continentes em resposta aos desafios da crise capitalista.

Finalmente, os resultados do estudo de caso permitiram levantar a hipótese de que o acirramento das contradições no sistema capitalista favorece a luta dos trabalhadores organizados contra o patronato, através de ocupações de fábricas e reivindicações pelos seus direitos. Apesar dos sindicatos serem cada dia mais engolidos pelo ideário burguês, os trabalhadores resistem e demonstram que a práxis revolucionária se sobressai aos ensaios da burguesia desorganizada.

Referências bibliográficas

1. AMARAL, A. S.; MONETA, M. A. V. **O socialismo autogestionário de Karl Marx: os estudos de Jacques Texier sobre a autogestão**. Universidade Federal de Pernambuco. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ) . Grupo de Trabalho: Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas.
2. ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, SP, Campinas, SP: Editora Cortez, Editora da Unicamp, 7 ed., 2000.
3. _____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 6 ed., 2002.

4. _____. **A substância da crise e a erosão do trabalho.** In: SAMPAIO, JR., P. A. (org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial.** São Paulo: Sundermann, p. 45-55, 2009.
5. BORBA, J. A. **O processo de transformação da Cipla: uma experiência autogestionária.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2007.
6. BRAGA, R. **Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a Armadilha do Ajuste.** Revista Actuel Marx en Ligne, n. 4, 2001.

BRENTA, N. **La convertibilidad argentina y el plan real de Brasil: notas para el analisis de su concepcion, implementacion y resultados em los años '90.** Anais do XIII Congresso de História Econômica, Buenos Aires, 2002.

7. CAMARGO, V. **Vila Operária e Popular – Um terreno e uma fábrica ocupados: 10 anos de luta.** Sumaré: Edições CEMOP, 2015, 190p.
8. CEMOP. **Guia de Visita à Fábrica Ocupada Flaskô.** Outubro de 2015.
9. CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina.** Editora Unesp: FAPESP: Unicamp, Instituto de Economia, 2000.
10. CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. & WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
11. DAVOLOS, P.; PERELMAN, L. **Respuestas al neoliberalismo en Argentina.** Revista Política e Cultura, n. 24, p. 207-229, 2005.
12. ENGELS, F. **Anti-Dühring.** 1878. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap21.htm>> Acesso em 31.out.2019.
13. GORZ, A. **Adieu au prolétariat. Au de-là du socialisme.** Paris: Galilée, 1980.
14. HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.
15. LESSA, L. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.
16. LIMA, J. C. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 19. n. 56, Out. 2004.

17. LUCITA, E. **Ocupar, resistir, producir**. Cuadernos del Sur, n. 34, ano 18, p. 39-45, 2002.
18. MANDEL, E. **Lecciones del mayo de 1968**. 1979. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mandel/1968/julio.htm>> Acesso em 10.ago.2019.
19. MARTINS, F. **“Flaskô”: a luta de uma fábrica sob controle operário há dez anos**. Livro de fotos. CEMOP, 2013.
20. MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2001.
21. _____. **O capital**. Vol. 1. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.
22. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
23. MUSTO, R. N. **Fábrica em movimento**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, curso de Jornalismo, 2012. Editora CEMOP, 2013.
24. NAPOLEÃO, F. **Cipla (Joinville-Brasil): a luta dos trabalhadores contra o desemprego (1990-2005)**. In: Encuentro de Geografos de America Latina, 12. Anais... Montevideo: Universidad de la República, 2009.
25. NASCIMENTO, J. Q. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos**. s. l.: s. Ed., 2004.
26. POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.
27. RAU, V. **La gestión obrera directa: una forma de enfrentamiento de clases en la Argentina**. Lucha de Clases, n. 2-3, abril, p. 159-169, 2004.
28. RIZZI, A. **Em Santa Catarina, a expectativa de recessão interrompe investimentos**. Jornal Gazeta Mercantil, Florianópolis, SC, 17.mar.1990.
29. TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H.; VILUTIS, L.; FARIA, M. S. **Referências conceituais para ações integradas: Cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários proveninetes de massas**

falidas ou estado pré-falimentar (relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003). Brasília, 2005.

30. TROTSKY, L. **El control obrero de la producción**. 1931. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1930s/08_31.htm> Acesso em 10.ago.2019
31. VERAGO, J. L. **Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon**. Sumaré: Edições CEMOP, 2011, 258p.